



Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil

# Relatório ANUAL



# 2016

# ÍNDICE

- 03** Mensagem da Diretoria
- 04** Entidade em 2016
- 05** Glossário
- 06** Relatório Anual da Diretoria Executiva
- 13** Balanço Patrimonial Consolidado
- 14** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- 15** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – Planos BD e CD
- 16** Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – BD e CD
- 17** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada
- 18** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Plano BD
- 19** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Plano CD
- 20** Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Planos BD e CD
- 21** Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis
- 34** Despesas Administrativas não Deduzidas das Cotas dos Planos de Benefício
- 35** Relatório dos Auditores Independentes
- 37** Parecer Atuarial – Plano BD
- 44** Parecer Atuarial – Plano CD
- 51** Demonstrativo e Resumo da Política de Investimentos – Plano BD
- 53** Demonstrativo e Resumo da Política de Investimentos – Plano CD
- 55** Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal
- 58** Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo



A divulgação do Relatório Anual permite aos Participantes acompanharem a evolução do seu Plano de Benefícios rumo a uma aposentadoria sustentável e programada.

# MENSAGEM DA DIRETORIA

## Caro Participante,

Apresentamos o Relatório Anual Duprev 2016. Nele, você irá encontrar informações relevantes sobre o seu Plano de Previdência e poderá conhecer melhor o trabalho realizado pela Entidade.

Neste documento, estão disponíveis:

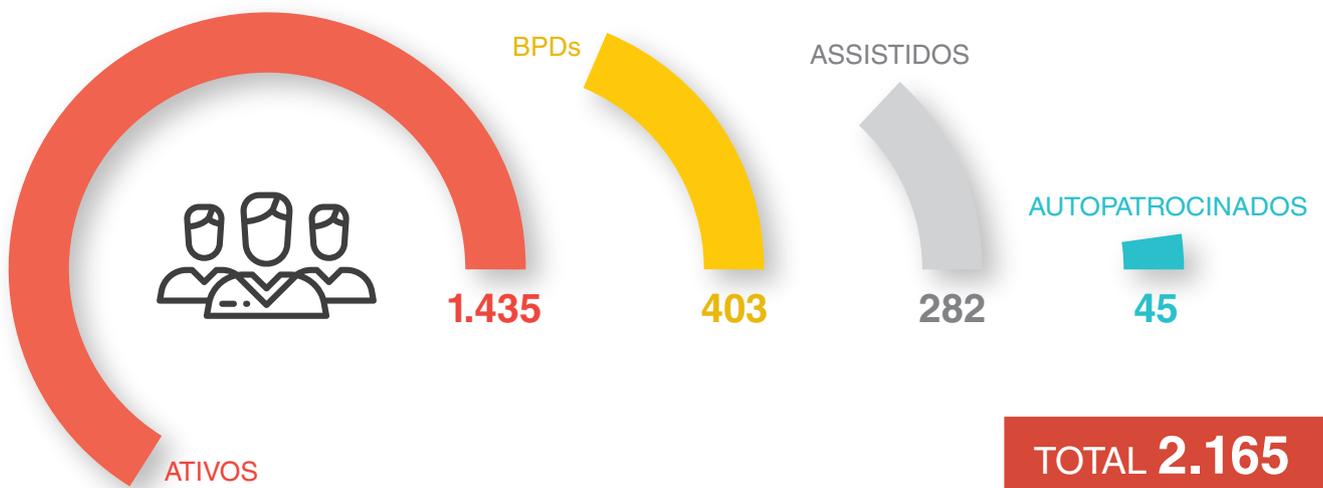
- Relatório Anual da Diretoria Executiva;
- Demonstrações Contábeis;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Demonstrativos dos Investimentos em 2016;
- Demonstrativos das Despesas Administrativas da Entidade;
- Situação Atuarial do Plano de Benefícios.

Aproveitamos para informar que não ocorreram alterações no Estatuto nem no Regulamento do Plano BD e CD em 2016.

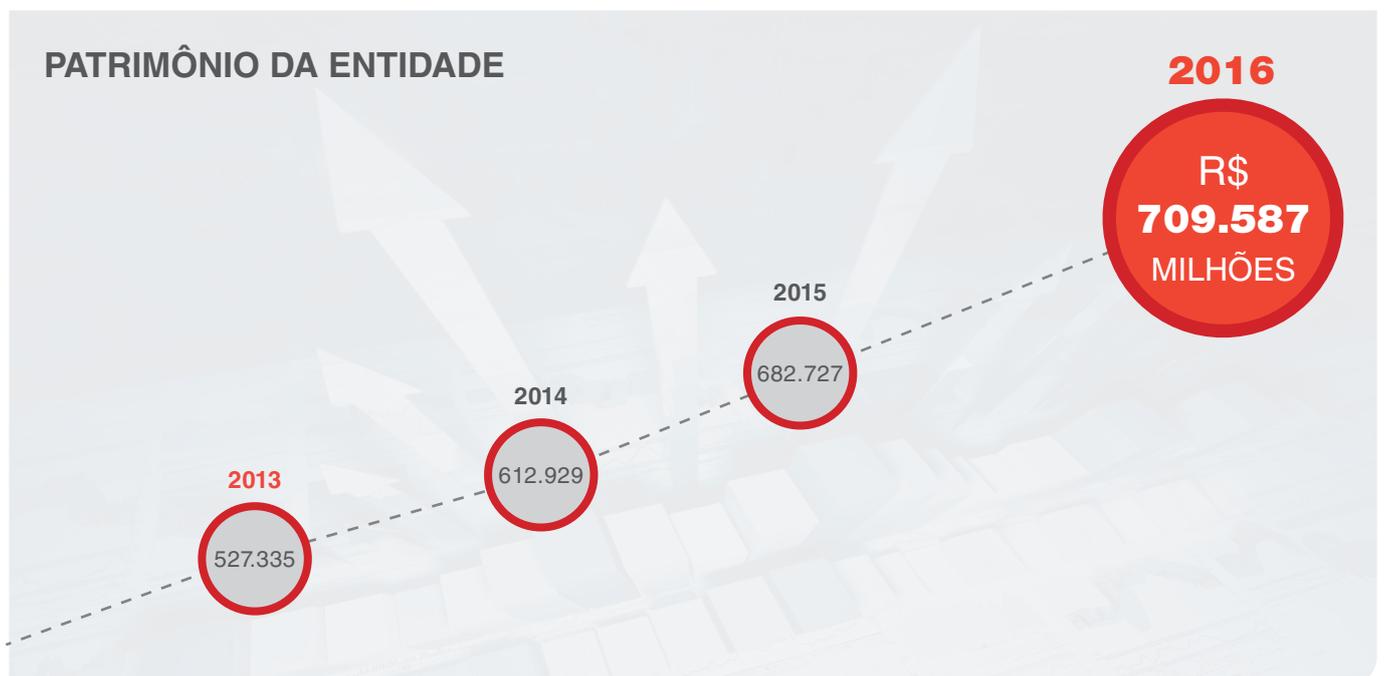
**Alexandre Garcia de Carvalho**  
Diretor Superintendente

# ENTIDADE EM 2016

## NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES



## PATRIMÔNIO DA ENTIDADE



# GLOSSÁRIO

## **BALANÇO PATRIMONIAL**

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

## **BPDS**

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido, ou seja, aqueles que já se desligaram da empresa Patrocinadora mas mantiveram seus recursos no Plano e aguardam a elegibilidade a um benefício de aposentadoria.

## **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

Apresenta os fatos contábeis modificativos do Ativo Líquido – adições e destinações – de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade.

## **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Apresenta as destinações dos Planos de Benefícios Previdenciais e assistenciais geridos pela Entidade e da Gestão Administrativa, cuja soma resulta nos valores que aumentam ou diminuem o Patrimônio Social da Entidade.

## **DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

Demonstração obrigatória que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

## **DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (Fundo Administrativo e fundo dos investimentos).

## **DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e Despesas Administrati-

vas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

## **DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

Radiografia das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios feitas mensalmente pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), mas cuja divulgação para Participantes e Assistidos, por mudanças na legislação, passou a ser anual em 2006.

## **DESPESA ADMINISTRATIVA**

Valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

## **PARECER ATUARIAL**

Documento elaborado pelo atuário que certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data. O atuário expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios.

## **PATRIMÔNIO SOCIAL**

Diferença entre o valor dos Ativos e dos Passivos operacionais e contingenciais nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e Planos de Benefícios Previdenciais.

## **PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), na forma do seu Regulamento.

## **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Sintetiza os objetivos e metodologia na alocação dos recursos de cada um dos Planos administrados pela Entidade, em consonância com o disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

# RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA EXECUTIVA

Barueri, 17 de março de 2017.

Ilmo. Senhor

Roberto Hun

Presidente do Conselho Deliberativo da DUPREV – Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil

## RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA EXECUTIVA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016

Prezado Senhor,

A Diretoria Executiva da DUPREV, representada pelos seus membros infra-assinados, vem apresentar a V.Sa. o Relatório Anual da Diretoria Executiva relativo ao exercício de 2016, devidamente acompanhado das respectivas Demonstrações Contábeis, Demonstrações Atuariais e dos pareceres do Conselho Fiscal, do Auditor Independente e do Atuário Externo, para conhecimento e aprovação desse Conselho Deliberativo, nos termos do Art. 12, VII do Estatuto da Sociedade.

### SUMÁRIO

Durante o exercício de 2016, a Duprev pagou R\$ 48 milhões em benefícios, incluindo portabilidades e resgates, finalizando o ano com 281 assistidos. O número total de participantes e assistidos dos planos administrados pela DUPREV era de 2.164 no encerramento deste exercício, 27% inferior ao verificado ao fim de 2015, em razão das cisões de parcelas equivalentes a R\$ 81 milhões do patrimônio do Plano Duprev CD, correspondentes às ex-patrocinadoras Axalta e Chemours, que contavam com cerca de 900 participantes, e transferência da administração das parcelas cindidas para outras entidades fechadas de

previdência complementar. Esse fato, combinado à redução da necessidade de amortização do déficit do Plano Duprev BD, contribuiu também para a redução de 20% em 2016, comparado a 2015, no total das contribuições previdenciais de participantes e patrocinadoras, que chegaram a R\$ 47 milhões no exercício. A situação de equilíbrio técnico do Plano Duprev BD ao final do exercício anterior se reverteu em um déficit técnico de R\$ 37.697 mil ao final de 2016. Essa reversão se deu por alterações na massa de participantes, por reajustes de salários e benefícios e, destacadamente, pela adoção neste exercício do procedimento, mais conservador, de atualizar pelo INPC os benefícios concedidos aos assistidos, de forma a posicioná-los na data da avaliação atuarial. A adoção desse procedimento gerou um acréscimo nas obrigações do Plano Duprev BD estimado em R\$ 33.461 mil na data de encerramento do exercício de 2016. O déficit técnico do Plano Duprev BD encontra-se ainda dentro do limite estabelecido pela legislação, no entanto, e ao final de 2016 não requeria equacionamento. As premissas atuariais adotadas para a constituição das reservas dos planos Duprev BD e Duprev CD foram objeto de revisão técnica e devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Apesar das cisões e transferências, o patrimônio total dos planos da Duprev cresceu 10% em 2016, atingindo R\$ 743 milhões no fim desse ano.

Os investimentos do Plano Duprev BD, constituídos exclusivamente por títulos públicos federais marcados a vencimento, apresentaram rentabilidade 13,3% em 2016, acima da sua metal atuarial, que acumulou 12,5% no período. Os investimentos em Renda Fixa do Plano Duprev CD apresentaram no ano rendimento de 34,5%, em linha com o IMA-B5+, benchmark que mais se aproxima da composição da sua carteira, enquanto os investimentos em renda variável deste plano apresentaram em 2016 rentabilidade de 39,6%, em linha com a variação do Ibovespa, conforme esperado dado o estilo de gestão passiva adotado pela DUPREV. Durante o exercício de 2.016 os investimentos

da DUPREV estiveram conformes às suas Políticas de Investimentos e à legislação aplicável.

Dentre as ações da administração em 2016, destacaram-se o planejamento e a divulgação, a partir do mês de outubro, das eleições para representantes dos participantes nos conselhos deliberativo e fiscal da Duprev, com mandato de abril de 2017 a março de 2020. Essa eleição, finalizada em fevereiro de 2017, teve número recorde de candidatos inscritos. Cerca de 32% dos participantes registraram seus votos, nível sem precedentes na história da entidade.

Em linha com os esforços por aumento de produtividade empreendidos pelas patrocinadoras, a Duprev manteve suas despesas administrativas em 2016 no mesmo valor nominal de R\$ 4,2 milhões verificado no exercício anterior, a despeito da inflação no período. Essas despesas foram ainda 7% inferiores às orçadas, trazendo a taxa de administração de 0,60% ao ano sobre os ativos totais em 2015 a 0,58% ao ano em 2016, um patamar competitivo entre entidades de previdência fechada do porte da Duprev.

Em 11/12/2015, a empresa controladora do grupo econômico da DuPont anunciou sua intenção de fundir-se ao grupo da empresa Dow Chemical. Até a data deste relatório, a DUPREV ainda permanece no aguardo de orientações da DuPont sobre se essa fusão acarretará na necessidade de mudanças nos termos e condições de sua adesão como patrocinadora ou nos Regulamentos dos Planos Duprev CD e Duprev BD.

## 1. GESTÃO PREVIDENCIAL

### 1.1. Plano Duprev CD

#### 1.1.1. Patrocinadoras

A PREVIC ratificou o licenciamento automático, solicitado em janeiro de 2016, da adesão da SOLAE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (“Solae”) como patrocinadora do Plano Duprev CD. Além disso, duas empresas do grupo econômico da Patrocinadora Principal, Du Pont do Brasil S.A. (“DuPont”), celebraram novos convênios de adesão com a Duprev como patrocinadoras do Plano Duprev CD. Concomitantemente, no entanto, duas patrocinadoras de grupos econômicos dis-

tintos concluíram, no exercício de 2016, a cisão e transferência da administração das suas parcelas de patrimônio que haviam solicitado no exercício de 2015.

Em janeiro de 2016 a empresa SOLAE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (“Solae”), pertencente ao grupo econômico da DuPont, celebrou convênio de adesão com a DUPREV e solicitou o licenciamento automático do mesmo junto à PREVIC, que o aprovou devidamente. Palestras aos empregados da Solae para a divulgação do Plano Duprev CD e de suas regras foram ministradas nas localidades de Cotia e Esteio no mês de janeiro de 2016. A inscrição dos empregados da Solae no Plano Duprev CD foi facultada a partir de fevereiro de 2016.

Em dezembro de 2016, a DUPREV celebrou convênios de adesão com as empresas PERFORMANCE MATERIALS DO BRASIL COMÉRCIO DE PLÁSTICOS E POLÍMEROS LTDA. (“MatCo”) e PERFORMANCE SPECIALTY PRODUCTS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS E DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA LTDA. (“SpecCo”), ambas pertencentes ao grupo econômico da Du Pont do Brasil S.A. (“DuPont”), Patrocinadora Principal da DUPREV, e solicitou o licenciamento automático dos mesmos junto à PREVIC. A ratificação desses licenciamentos encontra-se em andamento. A inscrição dos empregados da MatCo e da SpecCo no Plano Duprev CD foi facultada a partir de janeiro de 2017.

As patrocinadoras AXALTA COATING SYSTEMS BRASIL LTDA. (“Axalta”) e THE CHEMOURS COMPANY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. (“Chemours”), por sua vez, ambas pertencentes a grupos econômicos distintos do da Patrocinadora Principal, conforme sua intenção formalizada no exercício de 2015 e após as devidas autorizações da PREVIC, concluíram a cisão de suas respectivas parcelas do patrimônio do Plano Duprev CD, por um valor total de R\$ 80.510 mil, e a transferência da administração das parcelas cindidas (“Cisão e Transferência”) a outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar (“EFPC”) multipatrocinadas e multipiano.

Assim, na data deste relatório, a relação e situação das patrocinadoras do Plano Duprev CD é a seguinte:

- **DuPont** – Patrocinadora Principal
- **Danisco** – Patrocinadora solidária com a DuPont
- **Solae** – Patrocinadora solidária com a DuPont
- **MatCo** – Patrocinadora não solidária com a DuPont, aguardando ratificação
- **SpecCo** – Patrocinadora não solidária com a DuPont, aguardando ratificação

### 1.1.2. Participantes

A Cisão e Transferência concluída por Axalta e Chemours resultou em significativa redução do número total de participantes do Plano Duprev CD, apenas parcialmente compensada pelo crescimento do número de participantes vinculados ao grupo econômico da DuPont, conforme demonstrado a seguir:

Plano Duprev CD – Participantes

	2016				2015				VARIÇÃO	
	DUPONT	AXALTA	CHEMOURS	TOTAL	DUPONT	AXALTA	CHEMOURS	TOTAL	DUPONT	TOTAL
Ativos	1.327	0	0	1.327	1.250	712	93	2.055	77	-728
Autopatrocina-dos	44	0	0	44	29	8	2	39	15	5
Aguardando Benefício Proporcional Diferido	221	0	0	221	176	90	3	269	45	-48
Assistidos e Beneficiários	23	0	0	23	23	15	0	38	0	-15
<b>Total</b>	<b>1.615</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.615</b>	<b>1.478</b>	<b>825</b>	<b>98</b>	<b>2.401</b>	<b>137</b>	<b>-786</b>

O índice de participação no plano entre os empregados das patrocinadoras atingiu 21,9% ao final do exercício de 2016, contra 46,5% no exercício anterior. Entre os empregados contratados por tempo indeterminado, o índice de participação no plano atingiu 59,8% ao final do exercício de 2016, contra 69,5% no exercício anterior. A redução no índice de participação observada entre os dois exercícios é explicada pelo significativo aumento do número de empregados contratados por tempo determinado pela divisão de sementes da DuPont (“DuPont Pioneer”), grupo que historicamente apresenta um grau nulo de adesão ao Plano Duprev CD, pela saída das patrocinadoras Axalta e Chemours, que historicamente apresentavam um índice de participação superior à média das patrocinadoras, e pelo caráter recente da adesão de Danisco e Solae ao plano. Ressalte-se que os empregados da DuPont Pioneer contam com um plano de previdência aberta administrado pela seguradora Itaú Vida e Previdência S.A., cuja inscrição a novos participantes está encerrada. As tabelas a seguir detalham o nível de participação dos empregados por patrocinadora, incluindo a participação nesse plano aberto.

#### PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS 31/12/2016 (%)

Grupo	Duprev CD	Duprev CD + Itaú
DuPont (ex Pioneer)	84,7	84,7
DuPont Pioneer	11,1	16,1
Solae	35,3	35,3
Danisco	55,1	55,1
Grand Total	21,9	25,9

#### PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS POR TEMPO INDETERMINADO – 31/12/2016 (%)

Grupo	Duprev CD	Duprev CD + Itaú
DuPont (ex Pioneer)	84,7	84,7
DuPont Pioneer	52,3	75,8
Solae	35,3	35,3
Danisco	55,1	55,1
Grand Total	59,8	70,7

Ressalte-se que, dos 617 empregados das patrocinadoras contratados por tempo indeterminado e não inscritos no Plano Duprev CD ao final de 2016, 512 (83%) têm salário mensal inferior a R\$ 5 mil. Uma possível explicação

para o desinteresse dessa parcela da população de elegíveis a participar do plano é que esses empregados já contam com significativa cobertura pelo Regime Geral de Previdência (INSS). Além disso, mesmo inscritos no Plano Duprev CD, não teriam direito à contribuição básica de 2% por parte das patrocinadoras, que incide somente sobre a parcela dos salários superiores a R\$ 5,2 mil.

Durante o exercício de 2016, verificou-se ainda discreta, porém significativa, migração dos participantes tanto para o Perfil 0, mais conservador, quanto para o Perfil 50, de maior risco, conforme demonstrado na tabela a seguir:

DISTRIBUIÇÃO % DOS PARTICIPANTES POR PERFIL DE INVESTIMENTOS AO FINAL DO EXERCÍCIO			
	2016 (%)	2015 (%)	Variação (%)
Perfil 0	28,6	25,4	3,2
Perfil 15	51,7	55,1	-3,3
Perfil 30	13,1	13,8	-0,7
Perfil 50	6,5	5,7	0,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

### 1.1.3. Arrecadação

Em 31/12/2016 todas as patrocinadoras do Plano Duprev CD encontravam-se em dia com seus repasses e contribuições ao plano. Ao longo do exercício de 2016, as contribuições previdenciais ao Plano Duprev CD totalizaram R\$ 39.163 mil, com uma redução de 9% em relação ao exercício de 2015, em razão da Cisão e Transferência solicitada por Axalta e Chemours, acima descrita, e que foi apenas parcialmente compensada pelas adesões de Danisco e Solae.

### 1.1.4. Provisões Matemáticas

Em 31/12/2016 as provisões matemáticas do Plano Duprev CD totalizavam R\$ 163.321 mil, com uma redução de 2,4% em relação às apuradas no encerramento do exercício anterior, conforme segue:

R\$ mil

	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
DuPont	163.321,4	106.366,5	53,5
Axalta	0,0	52.738,1	-100,0
Chemours	0,0	8.188,8	-100,0
<b>Total</b>	<b>163.321,4</b>	<b>167.293,4</b>	<b>-2,4</b>

Essa redução deveu-se primordialmente à Cisão e Transferência solicitada por Axalta e Chemours, acima descrita, e foi quase que totalmente compensada pelas contribuições por valor superior ao do pagamento de benefícios e pelo resultado dos investimentos no período.

### 1.1.5. Benefícios

Em 31/12/2016 o Plano Duprev CD encontrava-se em dia com todos os pagamentos de benefícios. Ao longo do exercício de 2016, os benefícios pagos pelo Plano Duprev CD totalizaram R\$ 8,4 milhões conforme segue:

R\$ mil

	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
<b>Aposentadorias e Pensões</b>	<b>2.366,7</b>	<b>1.901,6</b>	<b>24,5</b>
Prestação continuada	864,9	841,2	2,8
Pagamento único	1.501,8	1.060,5	41,6
<b>Portabilidades</b>	<b>3.814,6</b>	<b>4.408,0</b>	<b>-13,5</b>
<b>Resgates</b>	<b>2.171,1</b>	<b>2.318,0</b>	<b>-6,3</b>
<b>Total</b>	<b>8.352,4</b>	<b>8.627,7</b>	<b>-3,2</b>

Destaca-se o expressivo crescimento do pagamento de aposentadorias e pensões na modalidade de pagamento único, permitida pelo regulamento para benefícios mensais inferiores a duas Unidades Previdenciárias, equivalentes a R\$ 1.126,02 no encerramento do exercício de 2016. O pagamento de aposentadorias e pensões na modalidade de prestação continuada (pagamentos mensais) manteve-se estável, em linha com a manutenção do número de participantes assistidos.

### 1.1.6. Premissas Atuariais

A DUPREV contratou a Mercer para elaboração de estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais e da convergência da taxa de juros adotadas para o Plano Duprev CD. Com base nesses estudos, a Diretoria Executiva recomendou a manutenção das hipóteses e premissas atuariais adotadas, recomendação essa aprovada pelo Conselho Deliberativo. A relação completa das hipóteses e premissas atuariais adotadas pela Duprev para o Plano Duprev CD pode ser encontrada no respectivo Parecer Atuarial.

## 1.2. Plano Duprev BD

### 1.2.1. Patrocinadoras

Durante o exercício de 2016 não houve adesão de novas patrocinadoras ou retiradas de patrocínio do Plano Duprev BD. Assim, na data deste relatório, a relação e situação das patrocinadoras do Plano Duprev BD é a seguinte:

- **DuPont** – Patrocinadora Principal
- **Duprev** – Patrocinadora solidária com a DuPont, sem empregados (“patrocínio vazio”)

### 1.2.2. Participantes

O número de participantes do Plano Duprev BD manteve-se estável no exercício de 2016 em relação ao apurado no exercício anterior, o que é esperado dado que a inscrição de participantes nesse plano está encerrada desde 6 de janeiro de 2003 (plano “em extinção”). A redução no número de participantes ativos e autopatrocinados foi compensada pelo incremento no número de participantes aguardando benefício proporcional diferido, assistidos e beneficiários, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Plano Duprev BD – Participantes

	2016	2015	VARIÇÃO
Ativos	108	122	-14
Autopatrocinados	1	5	-4
Aguardando Benefício Proporcional Diferido	182	177	5
Assistidos e Beneficiários	258	244	14
<b>Total</b>	<b>549</b>	<b>548</b>	<b>1</b>

### 1.2.3. Arrecadação

Em 31/12/2016 a patrocinadora do Plano Duprev BD encontrava-se em dia com suas contribuições ao plano. Ao longo do exercício de 2016, as contribuições previdenciais ao Plano Duprev BD totalizaram R\$ 7.816, com uma redução de 50% em relação ao exercício de 2015, em linha com a redução do número de participantes ativos, com a diminuição do déficit verificado no encerramento do exercício anterior e conforme o plano de custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo.

### 1.2.4. Provisões Matemáticas

Em 31/12/2016 as provisões matemáticas do Plano Duprev BD totalizavam R\$ 579.344 mil, com um crescimento de 14,1% em relação às apuradas no encerramento do exercício anterior, primordialmente em razão da variação do INPC no exercício (6,58%) e da taxa de juros do plano (5,61% ao ano), conforme segue:

R\$ mil

	2016	2015	VARIÇÃO (%)
Benefícios Concedidos	423.446	343.528	23,3
Benefícios a Conceder	169.077	176.834	-4,4
Subtotal	592.523	520.362	13,9
Provisões a Constituir (Déficit Equacionado)	-13.179	-12.557	5,0
<b>Patrimônio de Cobertura</b>	<b>579.344</b>	<b>507.805</b>	<b>14,1</b>

### 1.2.5. Benefícios

Em 31/12/2016 o Plano Duprev BD encontrava-se em dia com todos os pagamentos de benefícios. Ao longo do exercício de 2016, os benefícios pagos pelo Plano Duprev BD totalizaram R\$ 39,6 milhões conforme segue:

R\$ mil

	2016	2015	VARIÇÃO (%)
<b>Aposentadorias e Pensões</b>	<b>32.121,1</b>	<b>27.439,6</b>	<b>17,1</b>
Prestação continuada	32.097,8	27.423,3	17,0
Pagamento único	23,3	16,4	42,2
<b>Portabilidades</b>	<b>7.473,3</b>	<b>19.528,8</b>	<b>-61,7</b>
<b>Resgates</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>39.594,4</b>	<b>46.968,4</b>	<b>-15,7</b>

Destaca-se o expressivo crescimento do pagamento de aposentadorias e pensões, em linha com a variação do INPC no período e o crescimento do número de assistidos. Verificaram-se também portabilidades por montante significativo, atípicas na história do plano, ainda que substancialmente inferiores às verificadas no exercício anterior.

### 1.2.6. Premissas Atuariais

A DUPREV contratou a Mercer para a elaboração de estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais e da convergência da taxa de juros adotadas para o Plano Duprev BD. Com base nesses estudos, a Diretoria Execu-

tiva recomendou a manutenção das hipóteses e premissas atuariais adotadas, recomendação essa aprovada pelo Conselho Deliberativo. A relação completa das hipóteses e premissas atuariais adotadas pela Duprev para o Plano Duprev BD podem ser encontradas no respectivo Parecer Atuarial.

## 2. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

### 2.1. Plano Duprev CD

#### 2.1.1. Rentabilidade

Os investimentos em Renda Fixa do Plano Duprev CD apresentaram rendimento em linha com o IMA-B5+, indicador que mais se aproxima da composição da sua carteira, enquanto os investimentos em renda variável apresentaram rentabilidade em linha com a variação do Ibovespa, conforme esperado dado o estilo de gestão passiva adotado pela Sociedade:

Rentabilidade dos Investimentos (%)

PLANO DUPREV CD 2016	
Renda Fixa	34,5
Renda Variável	39,6

Variação dos Indicadores em 2016 (%)

IMA-B 5+	31,0
Ibovespa	38,9

A rentabilidade dos perfis de investimento foi o resultado da combinação dos retornos em renda fixa e renda variável do plano, conforme o percentual de seu patrimônio que cada perfil tem alocado nesses segmentos:

Rentabilidade % em 2016

Perfil 0	34,7
Perfil 15	35,3
Perfil 30	35,8
Perfil 50	36,9

#### 2.1.2. Conformidade

Ao longo do exercício de 2016 os investimentos do Plano Duprev CD estiveram conformes à sua Política de Investimentos e aos limites impostos pela legislação, em especial pela Resolução CMN N° 3.792/09.

### 2.2. Plano Duprev BD

#### 2.2.1. Rentabilidade

Os investimentos do Plano Duprev BD, constituídos exclusivamente por títulos públicos federais marcados a vencimento, o que lhes confere previsibilidade, apresentaram rentabilidade de 13,3% em 2016, em linha com a prevista para o plano e acima da meta atuarial, que acumulou 12,5% no ano.

#### 2.2.2. Conformidade

Ao longo do exercício de 2016 os investimentos do Plano Duprev BD estiveram conformes à sua Política de Investimentos e aos limites impostos pela legislação, em especial pela Resolução CMN N° 3.792/09.

## 3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

### 3.1. Cumprimento das Metas Qualitativas de Gestão

As metas relativas aos critérios qualitativos da gestão administrativa para o exercício de 2016 foram cumpridas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

META 2016	RESULTADO 31/12/2016
Atender integralmente os requisitos normativos de habilitação, certificação e qualificação dos dirigentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 100% dos conselheiros deliberativos certificados, 66% habilitados <sup>(1)</sup></li> <li>• 100% dos diretores executivos certificados e habilitados</li> <li>• Maioria dos conselheiros fiscais certificados e 100% habilitados</li> </ul>
Cumprir o cronograma de ações do Programa Rumos de Educação Previdenciária e Financeira e monitorar o índice de participação dos empregados das patrocinadoras no Plano Duprev CD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Sociedade cumpriu integralmente com o cronograma de ações do Programa Rumos de Educação Previdenciária e Financeira</li> <li>• 21,9% de participação no Plano Duprev CD dos empregados elegíveis das patrocinadoras</li> </ul>

<sup>(1)</sup> Habilitação de um conselheiro deliberativo encontrava-se em exigência para atualização do seu certificado do ICSS, que expirou após o envio do processo de habilitação à Previc.

### 3.2. Cumprimento das Metas Quantitativas de Gestão

As metas relativas aos critérios qualitativos da gestão administrativa para o exercício de 2015 foram cumpridas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

META 2016	RESULTADO 31/12/2016
Receitas administrativas mínimas de 90% do orçado e despesas administrativas máximas de 110% do orçado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Receitas adm. 112% do orçado</li> <li>• Despesas adm. 93% do orçado</li> </ul>
Cobertura das despesas administrativas (receitas administrativas sobre despesas administrativas) mínima de 80%	Cobertura de 105%
Taxa de administração (despesas Administrativas sobre ativo total) máxima de 0,60% ao ano	Taxa de adm. de 0,58% ao ano

### Quantidade de Riscos

MACROPROCESSOS	SATISFATÓRIO	MEDIANO	COMPROMETIDO	NÃO AVALIADO	SUBTOTAL
ARRECADAÇÃO	21	0	0	0	21
ADMINISTRAÇÃO	28	0	0	0	28
INVESTIMENTOS	5	0	0	0	5
BENEFÍCIOS	9	0	0	0	9
<b>Totais</b>	<b>63</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>63</b>

### 3.4. Despesas Administrativas

Em linha com os esforços por aumento de produtividade empreendidos pelas patrocinadoras, a Duprev manteve suas despesas administrativas em 2016 no mesmo valor nominal de R\$ 4,2 milhões verificado no exercício anterior, a despeito da inflação no período de 6,58%, medida pelo INPC. Essas despesas foram ainda 7% inferiores às orçadas, trazendo a taxa de administração de 0,60% ao ano sobre os ativos totais em 2015 a 0,58% ao ano em 2016, a despeito da redução do patrimônio de R\$ 80.510 mil causada pela Cisão e Transferência solicitada pela Axalta e pela Chemours. Como referência, em sua 6ª Série de estudos sobre despesas administrativas das entidades fecha-

### 3.3. Gestão de Riscos

Durante o primeiro semestre de 2016, o Conselho Fiscal da DUPREV reviu a identificação e avaliação dos riscos a que a entidade está sujeita, bem como a adequação dos controles adotados pela administração para mitigar esses riscos. Todas as recomendações do Conselho Fiscal resultantes dessa revisão foram acatadas e executadas pela Diretoria Executiva. Em novembro de 2016, o Conselho Fiscal da Duprev enviou novas recomendações, que na data deste relatório estão sob consideração da Diretoria Executiva. Ao final do exercício de 2016, todos os riscos identificados foram avaliados e a DUPREV os mantinha sob adequado nível de controle, não havendo nenhum considerado como sendo comprometido, conforme demonstrado no quadro a seguir:

das de previdência complementar, a PREVIC apurou uma taxa de administração média de 0,55% ao ano para 75 fundos de pensão com patrimônio entre R\$ 500 milhões e R\$ 2 bilhões.

#### Alexandre Garcia de Carvalho

Diretor Superintendente, Financeiro e AETQ

#### Claudia Pohlmann Gonzaga da Silva

Diretora de Seguridade, Benefícios e ARPB

#### Renivaldo Souza de Oliveira

Diretor Administrativo

# BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Disponível</b>	<b>143</b>	<b>118</b>
<b>Realizável</b>	<b>714.962</b>	<b>686.523</b>
Gestão Previdencial (Nota 5a)	4.493	7.218
Gestão Administrativa (Nota 5b)	1.015	670
Investimentos (Nota 6)	709.454	678.635
Títulos Públicos	544.139	507.371
Fundos de Investimentos	165.315	171.184
Outros Realizáveis	-	80
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>715.105</b>	<b>686.641</b>

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Exigível Operacional (Nota 7)</b>	<b>5.518</b>	<b>3.914</b>
Gestão Previdencial	4.724	3.181
Gestão Administrativa	794	733
<b>Patrimônio Social</b>	<b>709.587</b>	<b>682.727</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano	704.968	675.607
Provisões Matemáticas (Nota 8)	742.665	675.099
Benefícios Concedidos	426.815	346.991
Benefícios a Conceder	329.029	340.665
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(13.179)	(12.557)
Equilíbrio Técnico (Nota 9)	(37.697)	508
Resultados Realizados	(37.697)	508
Superávit Técnico Acumulado	-	508
(-) Déficit Técnico Acumulado	(37.697)	-
Fundos (Nota 10)	4.619	7.120
Fundos Previdenciais	2.697	5.344
Fundos Administrativos	1.922	1.776
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>715.105</b>	<b>686.641</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
<b>A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>682.727</b>	<b>612.929</b>	<b>11</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>159.475</b>	<b>139.954</b>	<b>14</b>
( + ) Contribuições Previdenciais	35.310	55.800	(37)
( + ) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	119.561	80.444	49
( + ) Receitas Administrativas	4.366	3.426	27
( + ) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	238	284	(16)
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>(52.105)</b>	<b>(70.156)</b>	<b>(26)</b>
( - ) Benefícios	(47.947)	(65.977)	(27)
( - ) Despesas Administrativas	(4.158)	(4.179)	(1)
<b>3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	<b>107.370</b>	<b>69.798</b>	<b>54</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	143.405	67.209	113
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(37.597)	308	(12.307)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.115	2.750	(59)
(+/-) Fundos Administrativos	446	(469)	(195)
<b>4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>(80.510)</b>	<b>-</b>	<b>(100)</b>
<b>B) PATRIMÔNIO SOCIAL – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)</b>	<b>709.587</b>	<b>682.727</b>	<b>4</b>

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANOS BD E CD

(Em Milhares de Reais)

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO BD

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>507.806</b>	<b>459.927</b>	<b>10</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>73.589</b>	<b>95.021</b>	<b>(23)</b>
( + ) Contribuições Previdenciais	7.817	15.786	(50)
( + ) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	65.772	79.235	(17)
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>(39.748)</b>	<b>(47.142)</b>	<b>(16)</b>
( - ) Benefícios	(39.595)	(46.969)	(16)
( - ) Custeio Administrativo	(153)	(173)	(12)
<b>3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	<b>33.841</b>	<b>47.879</b>	<b>(29)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	71.538	47.879	49
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(37.697)	-	100
<b>4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>541.647</b>	<b>507.806</b>	<b>7</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>(28)</b>	<b>21</b>	<b>(233)</b>
(+/-) Fundos Administrativos	(28)	21	(233)

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO CD

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>173.144</b>	<b>150.757</b>	<b>15</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>92.952</b>	<b>44.339</b>	<b>110</b>
( + ) Contribuições Previdenciais	39.163	43.130	(9)
( + ) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	53.789	1.209	4.349
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>(19.868)</b>	<b>(21.952)</b>	<b>(9)</b>
( - ) Benefícios	(15.985)	(19.009)	(16)
( - ) Custeio Administrativo	(3.883)	(2.943)	32
<b>3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	<b>73.084</b>	<b>22.387</b>	<b>226</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	71.867	19.328	272
(+/-) Fundos Previdenciais	1.115	2.751	(59)
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(100)	308	(132)
<b>4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>(80.210)</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>166.018</b>	<b>173.144</b>	<b>(4)</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>474</b>	<b>(490)</b>	<b>(197)</b>
(+/-) Fundos Administrativos	474	(490)	(197)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – BD E CD

(Em Milhares de Reais)

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>545.538</b>	<b>509.359</b>	<b>7</b>
Disponível	16	15	7
Recebível	1.384	1.972	(30)
Investimento	544.138	507.372	7
Títulos Públicos	544.138	507.372	7
<b>2. Obrigações</b>	<b>3.249</b>	<b>883</b>	<b>268</b>
Operacional	3.249	883	268
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>642</b>	<b>670</b>	<b>(4)</b>
Fundos Administrativos	642	670	(4)
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>541.647</b>	<b>507.806</b>	<b>7</b>
Provisões Matemáticas	579.344	507.806	14
Superávit/Déficit Técnico	(37.697)	-	100
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
a) Equilíbrio Técnico	(37.697)	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	15.703	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a+b)	(21.994)	-	-

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO CD

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>170.456</b>	<b>180.509</b>	<b>(6)</b>
Disponível	97	95	2
Recebível	6.714	10.982	(39)
Investimento	163.645	169.432	(3)
Fundos de Investimentos	163.645	169.352	(3)
Outros Realizáveis	-	80	(100)
<b>2. Obrigações</b>	<b>3.158</b>	<b>6.259</b>	<b>(50)</b>
Operacional	3.158	6.259	(50)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.280</b>	<b>1.106</b>	<b>16</b>
Fundos Administrativos	1.280	1.106	16
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>166.018</b>	<b>173.144</b>	<b>(4)</b>
Provisões Matemáticas	163.321	167.292	(2)
Superávit/Déficit Técnico	-	508	(100)
Fundos Previdenciais	2.697	5.344	(50)
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a+b)	-	-	-

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – CONSOLIDADA

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO %
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.776</b>	<b>2.245</b>	<b>(21)</b>
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>4.604</b>	<b>3.710</b>	<b>24</b>
1.1. RECEITAS	4.604	3.710	24
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.036	3.115	30
Custeio Administrativo dos Investimentos	330	307	7
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	238	284	(16)
Outras Receitas	–	4	(100)
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(4.158)</b>	<b>(4.179)</b>	<b>(1)</b>
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(3.729)	(3.794)	(2)
Treinamentos/congressos e seminários	(4)	(14)	(71)
Serviços de Terceiros	(3.317)	(3.486)	(5)
Despesas Gerais	(122)	(77)	58
Tributos	(286)	(217)	32
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(429)	(385)	11
Serviços de Terceiros	(429)	(385)	11
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>446</b>	<b>(469)</b>	<b>(195)</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>446</b>	<b>(469)</b>	<b>(195)</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>(300)</b>	<b>–</b>	<b>100</b>
<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)</b>	<b>1.922</b>	<b>1.776</b>	<b>8</b>

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO BD

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO %
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>670</b>	<b>649</b>	<b>3</b>
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>574</b>	<b>612</b>	<b>(6)</b>
1.1. RECEITAS	574	612	(6)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	153	173	(12)
Custeio Administrativo dos Investimentos	322	299	8
Resultado Positivo dos Investimentos	99	140	(29)
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(602)</b>	<b>(591)</b>	<b>2</b>
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(255)	(275)	(7)
2.1.1. Despesas Comuns	(115)	(204)	(44)
2.1.2. Despesas Específicas	(140)	(71)	97
Serviços de Terceiros	(47)	–	100
Despesas Gerais	(6)	(6)	–
Tributos	(87)	(65)	34
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(347)	(316)	10
2.2.1. Despesas Comuns	(2)	(3)	(33)
2.2.2. Despesas Específicas	(345)	(313)	10
Serviços de Terceiros	(345)	(313)	10
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>(28)</b>	<b>21</b>	<b>(233)</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>(28)</b>	<b>21</b>	<b>(233)</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)</b>	<b>642</b>	<b>670</b>	<b>(4)</b>

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO CD

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO %
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.106</b>	<b>1.596</b>	<b>(31)</b>
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>4.030</b>	<b>3.098</b>	<b>30</b>
1.1. RECEITAS	4.030	3.098	30
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.883	2.942	32
Custeio Administrativo dos Investimentos	8	8	–
Resultado Positivo dos Investimentos	139	144	(3)
Outras Receitas	–	4	(100)
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(3.556)</b>	<b>(3.588)</b>	<b>(1)</b>
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(3.474)	(3.519)	(1)
2.1.1. Despesas Comuns	(3.180)	(3.337)	(5)
2.1.2. Despesas Específicas	(294)	(182)	62
Serviços de Terceiros	(67)	(6)	1.017
Despesas Gerais	(28)	(23)	22
Tributos	(199)	(153)	30
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(82)	(69)	19
2.2.1. Despesas Comuns	(54)	(49)	10
2.2.2. Despesas Específicas	(28)	(20)	40
Serviços de Terceiros	(28)	(20)	40
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>474</b>	<b>(490)</b>	<b>(197)</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>474</b>	<b>(490)</b>	<b>(197)</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>(300)</b>	<b>–</b>	<b>100</b>
<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)</b>	<b>1.280</b>	<b>1.106</b>	<b>16</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANOS BD E CD

(Em Milhares de Reais)

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>544.896</b>	<b>508.689</b>	<b>7</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>579.344</b>	<b>507.806</b>	<b>14</b>
1.1. Benefícios Concedidos	423.446	343.529	23
Benefício Definido	423.446	343.529	23
1.2. Benefícios a Conceder	169.077	176.834	(4)
Contribuição Definida	76	–	100
Saldo de Contas – Parcela Participantes	76	–	100
Benefício Definido	169.001	176.834	(4)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(13.179)	(12.557)	5
(-) Déficit equacionado	(13.179)	(12.557)	5
(-) Patrocinador(es)	(13.179)	(12.557)	5
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(37.697)</b>	<b>–</b>	<b>(100)</b>
2.1. Resultados Realizados	(37.697)	–	100
(-) Déficit Técnico Acumulado	(37.697)	–	100
<b>3. Fundos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>3.249</b>	<b>883</b>	<b>268</b>
4.1. Gestão Previdencial	3.249	883	268
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO CD

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>169.176</b>	<b>179.404</b>	<b>(6)</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>163.321</b>	<b>167.293</b>	<b>(2)</b>
1.1. Benefícios Concedidos	3.369	3.462	(3)
Contribuição Definida	3.369	3.462	(3)
1.2. Benefícios a Conceder	159.952	163.831	(2)
Contribuição Definida	157.176	160.824	(2)
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadores/Instituidores	80.592	83.654	(4)
Saldo de Contas – Parcela Participantes	76.584	77.170	(1)
Benefício Definido	2.776	3.007	(8)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>–</b>	<b>508</b>	<b>(100)</b>
2.1. Resultados Realizados	–	508	(100)
Superávit Técnico Acumulado	–	508	(100)
Reserva de Contingência	–	508	(100)
<b>3. Fundos</b>	<b>2.697</b>	<b>5.344</b>	<b>(50)</b>
3.1. Fundos Previdenciais	2.697	5.344	(50)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>3.158</b>	<b>6.259</b>	<b>(50)</b>
4.1. Gestão Previdencial	3.158	6.259	(50)
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)

## NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil (“Duprev” ou “Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída em 31 de dezembro de 1984 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 06 de março de 1985, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela Duprev são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos funcionários e diretores da Dupont do Brasil S.A. e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano.

PLANO DE BENEFÍCIOS	SIGLA	CNPB	MODALIDADE <sup>(1)</sup>	PATROCINADORES
Plano DUPREV BD	DUPREV BD	19.850.001-56	BD	DUPONT DO BRASIL S.A.
Plano DUPREV CD	DUPREV CD	20.050.009-65	CV	DANISCO BRASIL LTDA DUPONT DO BRASIL S.A. SOLAE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

<sup>(1)</sup> Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de julho apresenta a seguinte posição:

PLANO	ATIVOS		AUTOPATROCINADOS		BPD		ASSISTIDOS <sup>(1)</sup>		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.
DUPREV BD	108	122	1	5	182	177	258	244	549	548
DUPREV CD	1.327	2.055	44	39	221	269	24	38	1.616	2.401
<b>Total</b>	<b>1.435</b>	<b>2.177</b>	<b>45</b>	<b>44</b>	<b>403</b>	<b>446</b>	<b>282</b>	<b>282</b>	<b>2.165</b>	<b>2.949</b>

<sup>(1)</sup> Incluem pensionistas.

## NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e ins-

truções de preenchimento das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Foram promovidas as seguintes alterações:

- Balanço Patrimonial a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos”, visando a adequar às recentes informações exigidas pela Receita Federal na Escrituração Contábil Digital (ECD).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) foi incluída a rubrica “Tributos” bem como foi reposicionada a rubrica “Contingências”. Para a rubrica “Tributos” foi reposicionada em 2014 uma parte do valor alocado em despesas gerais, para fins de comparação.
- Demonstração do Ativo Líquido (DAL) a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos” e a evidenciação do “Equilíbrio Técnico” para a Entidade que registra “ajuste de precificação”.
- Demonstração do Patrimônio Social (DMPS) e na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), foram inseridas informações do referido valor em adições, destinações e acréscimos para os “resultados a realizar”. Da mesma forma, foi solicitado o aprimoramento da evidenciação destas informações nas Notas Explicativas.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, “Participação no Fundo Administrativo PGA” e “Transferência entre Perfis” (Nota 13).

A PREVIC aprovou a cisão do Plano CD, referente às patrocinadoras Axalta Coating Systems Brasil Ltda, e The Chemours Company Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., a criação de seus respectivos planos de benefícios e a transferência de gerenciamento conforme publicação no Diário Oficial da União – DOU, de acordo com as seguintes portarias:

- Nº 148, de 04 de abril de 2016 – criando o Plano Axalta Prev – CNPB nº 2016.0001-47;
- Nº 359, de 10 de agosto de 2016 – criando o Plano de Aposentadoria Chemours Prev – CNPB nº 2016.0009-29.

Sendo as respectivas transferências ocorridas nas datas-base: Axalta em maio/2016 e Chemours em setembro/2016.

Os saldos dos Planos, em razão da transferência de gerenciamento para o Multipensions Bradesco – Fundo Mul-

tipatrocinado de Previdência Privada e Multiprev – Fundo Múltiplo de Pensão, respectivamente, citados acima, foram registrados na rubrica “Operações Transitórias”.

Os saldos da DUPREV, para fins de comparabilidade, em razão da transferência de gerenciamento dos planos: Axalta Prev e Chemours Prev, estão demonstrados nos quadros abaixo, bem como as demais notas explicativas destas demonstrações contábeis foram ajustadas no sentido de refletir o efeito da transferência.

## Ativo

31/12/2015	TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO		SALDO REMANESCENTE
	Axalta	Chemours	
686.641	(68.532)	(11.978)	606.131

## Passivo

31/12/2015	TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO		SALDO REMANESCENTE
	Axalta	Chemours	
686.641	(68.532)	(11.978)	606.131

## NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

### a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos

Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

### I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

- Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
- Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os pra-

zos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

### **b) Exigível Operacional**

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros e obrigações tributárias.

### **c) Exigível Contingencial**

Decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

### **d) Plano de Gestão Administrativa – PGA**

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que

possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas dos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

### **e) Patrimônio Social**

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Planos, e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

### **f) Estimativas Atuariais e Contábeis**

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## g) Impostos

### I. Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

### II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

## h) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados do plano de Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

### NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo que os custos comuns são rateados em função da receita administrativa de cada plano e da quantidade de participantes no que tange à atribuição de pesos distintos entre os planos, e custeadas através de contribuições das Patrocinadoras;
- **Investimentos:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, sendo as taxas administrativas cobrados pelos gestores custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos, e as demais despesas, custeadas através de contribuições das Patrocinadora, conforme orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

## NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

### a) Gestão Previdencial

PLANO	2016			2015
	Contrib. a Receber <sup>(1)</sup>	Outros Valores <sup>(2)</sup>	Total	
DUPREV BD	742	–	742	1.302
DUPREV CD	2.480	1.271	3.751	5.916
<b>Total</b>	<b>3.222</b>	<b>1.271</b>	<b>4.493</b>	<b>7.218</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se às contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais.

<sup>(2)</sup> Refere-se a repasses entre planos de benefícios e PGA.

## b) Gestão Administrativa

PLANO	2016					2015
	Contrib. para Custeio	Outros Recursos a Receber <sup>(1)</sup>	Créditos RFB <sup>(2)</sup>	Outros Realizáveis <sup>(3)</sup>	Total	
DUPREV BD	15	29	4	–	48	91
DUPREV CD	656	184	39	88	967	579
<b>Total</b>	<b>671</b>	<b>213</b>	<b>43</b>	<b>88</b>	<b>1.015</b>	<b>670</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a repasses entre planos de benefícios e PGA – relativo à contribuições de participantes em BPD.

<sup>(2)</sup> Refere-se a tributos recolhidos a maior, a serem compensados.

<sup>(3)</sup> Refere-se a repasses entre planos de benefícios e PGA.

## NOTA 6 – INVESTIMENTOS

### a) Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantido-

res das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Banco Bradesco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável.

PLANO	2016			2015
	Títulos Públicos	Fundos de Investimentos	Total	
DUPREV BD	544.139	–	544.139	507.371
DUPREV CD	–	163.644	163.644	169.433
PGA BD	–	744	744	1.276
PGA CD	–	927	927	555
<b>Total</b>	<b>544.139</b>	<b>165.315</b>	<b>709.454</b>	<b>678.635</b>

PLANO	FUNDOS DE INVESTIMENTOS				2016	2015
	Referenciado	Renda Fixa	Ações			
DUPREV CD	–	135.572	28.072		163.644	169.353
PGA BD	744	–	–		744	1.276
PGA CD	927	–	–		927	555
<b>Total</b>	<b>1.671</b>	<b>135.572</b>	<b>28.072</b>		<b>165.315</b>	<b>171.184</b>

PLANO	FUNDOS DE INVESTIMENTOS – RENDA FIXA			FUNDOS DE INVESTIMENTOS – AÇÕES			FUNDOS DE INVESTIMENTOS – REFERENCIADO		
	DUPREV FI RF <sup>(1)</sup>	2016	2015	ITAU VE IB IN FICFIA	2016	2015	ITAU SOB REF DI LP F	2016	2015
DUPREV CD	135.572	135.572	142.040	28.072	28.072	27.313	–	–	–
PGA BD	–	–	–	–	–	–	744	744	1.276
PGA CD	–	–	–	–	–	–	927	927	555
<b>Total</b>	<b>135.572</b>	<b>135.572</b>	<b>142.040</b>	<b>28.072</b>	<b>28.072</b>	<b>27.313</b>	<b>1.671</b>	<b>1.671</b>	<b>1.831</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a Fundo Exclusivo.

Considerando as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução Bacen nº 4.275 de 31 de outubro de 2013, e alterações posteriores, e conforme estabelecido em sua política de investimentos, a Entidade classificou os títulos e valores mobiliários como “Títulos para Negociação” e “Mantidos até o Vencimento”. Em novembro de 2015, para fazer frente a pagamento extraordinário, imprevisto e atípico de portabilidade de grande montante do Plano Duprev BD, a Duprev reclassificou R\$ 21.131 em títulos “Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Títulos para Negociação”. Em 2016 não houve reclassificações.

Desde 2014, a entidade em linha com as melhores práticas de gestão de seus Ativos, adequou a composição da

carteira em modalidades equivalentes aos compromissos atuariais dos planos de benefícios. Nessa mesma data passou a oferecer opções de Multiperfis de investimentos aos seus participantes.

### b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, Câmara de Liquidação e Custódia da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, nos Bancos Bradesco e Itaú e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:



VALOR											
DUPREV BD	Data de Vencimento	Valor de Custo	Ajustes a Mercado	Total	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
					Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	Até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2016	31/12/2015
<b>Títulos Públicos</b>		<b>543.908</b>	<b>46.328</b>	<b>590.236</b>	<b>8.044</b>	<b>582.192</b>	<b>-</b>	<b>8.044</b>	<b>536.095</b>	<b>544.139</b>	<b>507.371</b>
Notas do Tesouro Nacional – NTN	15/05/2035	58.184	1.368	59.552	-	59.552	-	-	58.184	58.184	54.611
Notas do Tesouro Nacional – NTN	15/08/2040	96.985	8.199	105.184	-	105.184	-	-	96.985	96.985	90.943
Notas do Tesouro Nacional – NTN	15/05/2045	94.292	7.088	101.380	-	101.380	-	-	94.292	94.292	88.427
Notas do Tesouro Nacional – NTN	15/08/2050	286.634	29.442	316.076	-	316.076	-	-	286.634	286.634	268.829
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	07/09/2017	637	5	642	642	-	-	642	-	642	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	01/03/2018	1.334	67	1.401	1.401	-	-	1.401	-	1.401	866
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	01/03/2019	5.842	159	6.001	6.001	-	-	6.001	-	6.001	3.695
<b>Total</b>		<b>543.908</b>	<b>46.328</b>	<b>590.236</b>	<b>8.044</b>	<b>582.192</b>	<b>-</b>	<b>8.044</b>	<b>536.095</b>	<b>544.139</b>	<b>507.371</b>

VALOR							
DUPREV CD	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	Até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>163.644</b>	<b>-</b>	<b>28.064</b>	<b>2.253</b>	<b>133.327</b>	<b>163.644</b>	<b>169.353</b>
<b>Fdo. Investimento – Exclusivo</b>	<b>135.572</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>	<b>2.253</b>	<b>133.327</b>	<b>135.572</b>	<b>142.040</b>
Letras Financeiras do Tesouro	2.253	-	-	2.253	-	2.253	6.101
Notas do Tesouro Nacional	133.327	-	-	-	133.327	133.327	135.949
Disponibilidades	5	-	5	-	-	5	3
Valor a pagar	(13)	-	(13)	-	-	(13)	(13)
<b>Fdo. Investimento – Não Exclusivo</b>	<b>28.072</b>	<b>-</b>	<b>28.072</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.072</b>	<b>27.313</b>
Ações	28.072	-	28.072	-	-	28.072	27.313
<b>Total</b>	<b>163.644</b>	<b>-</b>	<b>28.064</b>	<b>2.253</b>	<b>133.327</b>	<b>163.644</b>	<b>169.353</b>

VALOR								
PGA BD / PGA CD	Valor Contábil	Ajustes a Mercado	Total	Categoria		Vencimento	Valor Contábil	
				Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>1.671</b>	<b>-</b>	<b>1.671</b>	<b>1.671</b>	<b>-</b>	<b>1.671</b>	<b>1.671</b>	<b>1.831</b>
<b>Fdo. Investimento – Não Exclusivo</b>	<b>1.671</b>	<b>-</b>	<b>1.671</b>	<b>1.671</b>	<b>-</b>	<b>1.671</b>	<b>1.671</b>	<b>1.831</b>
Referenciado	1.671	-	1.671	1.671	-	1.671	1.671	1.831
<b>Total</b>	<b>1.671</b>	<b>-</b>	<b>1.671</b>	<b>1.671</b>	<b>-</b>	<b>1.671</b>	<b>1.671</b>	<b>1.831</b>

## NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

### a) Gestão Previdencial

PLANO	2016						2015
	Encargos	Obrigações Contratadas <sup>(1)</sup>	Contribuições Recebidas a Maior <sup>(2)</sup>	Transferência de Recursos BPD <sup>(3)</sup>	Reversão de Recursos para PGA <sup>(4)</sup>	TOTAL	
DUPREV BD	954	15	2.242	–	38	3.249	883
DUPREV CD	58	–	311	184	922	1.475	2.298
<b>Total</b>	<b>1.012</b>	<b>15</b>	<b>2.553</b>	<b>184</b>	<b>960</b>	<b>4.724</b>	<b>3.181</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a valor de reembolso à patrocinadora, não efetivado.

<sup>(2)</sup> Refere-se a valores depositados a maior pelas patrocinadoras.

<sup>(3)</sup> Refere-se a repasses entre planos de benefícios e PGA – relativo à contribuições de participantes em BPD.

<sup>(4)</sup> Refere-se a repasses entre planos de benefícios e PGA.

### b) Gestão Administrativa

PLANO	2016					TOTAL	2015
	Contas a pagar <sup>(1)</sup>	Retenções a Recolher <sup>(2)</sup>	Receitas Antecipadas <sup>(3)</sup>	Tributos a Recolher <sup>(4)</sup>	Outras Exigibilidades <sup>(5)</sup>		
DUPREV BD	39	5	–	2	104	150	69
DUPREV CD	433	46	137	26	2	644	664
<b>Total</b>	<b>472</b>	<b>51</b>	<b>137</b>	<b>28</b>	<b>106</b>	<b>794</b>	<b>733</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a valores a pagar a fornecedores.

<sup>(2)</sup> Refere-se a tributos sobre fornecedores.

<sup>(3)</sup> Refere-se a recebimento de antecipação de contribuição administrativa.

<sup>(4)</sup> Refere-se a PIS e COFINS a recolher.

<sup>(5)</sup> Refere-se a repasses entre planos de benefícios e PGA.

## NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

### a) Processos classificados como Possíveis

As ações, cuja probabilidade de perda foi considerada “Possível” por nossos assessores legais, não reconhecidas contabilmente:

PLANO	2016			2015
	Trabalhista	Total		
		Qde. Processos	Valor	
DUPREV CD	43	1	43	–
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>43</b>	<b>–</b>

A entidade foi incluída como parte do processo nº 0000420.72.2016.5.05.0133, em conjunto com a ex-patrocinadora Axalta Coating Systems Brasil Ltda., que, con-

forme descrito na Nota 2, passou por processo de cisão e transferência de gerenciamento.

## NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

### I. Provisões de benefícios concedidos – Correspon-

dem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões de benefícios a conceder – Corresponde a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

III. Provisões matemáticas a constituir – Corresponde ao valor do contrato de equacionamento de déficit, firmado junto ao patrocinador, atualizado na data do balanço.

### b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2016 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

HIPÓTESE	PLANO BD	
	2016	2015
Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	5,61% a.a.	5,61% a.a.
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1) (2)</sup>	3,50% a.a	3,50% a.a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS <sup>(1)</sup>	0,00% a.a	0,00% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano <sup>(1)</sup>	0,00% a.a	0,00% a.a
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade <sup>(3)</sup>	Rotatividade DuPont BD	Rotatividade DuPont BD
Tábua de mortalidade geral <sup>(4)</sup>	AT-2000 Suavizada, Segregada por Sexo	AT-2000 Suavizada, Segregada por Sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	MERCER DISABILITY	MERCER DISABILITY
Composição Familiar	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, com dois filhos dependentes. Para os aposentados considera-se a idade real do cônjuge sem filhos dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, com dois filhos dependentes. Para os aposentados considera-se a idade real do cônjuge sem filhos dependentes.
Outras hipóteses biométricas utilizadas <sup>(5)</sup>	Experiência DuPont BD para ativos, 100% da entrada em aposentadoria nos 55 anos de idade para Participantes em BPD	Experiência DuPont BD para ativos, 100% da entrada em aposentadoria nos 55 anos de idade para Participantes em BPD

<sup>(1)</sup> O indexador do Plano é o INPC do IBGE.

<sup>(2)</sup> A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros;

<sup>(3)</sup> No plano Duprev BD, a rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS);  $0,15 / (TS+1) ^{0,4}$ . A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura da Patrocinadora sobre desligamentos de participantes do Plano. É considerado, conservadoramente, que, ao se desligar do plano o participante tem 100% de probabilidade de optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido;

<sup>(4)</sup> Foi utilizada a tábua AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo;

<sup>(5)</sup> A experiência DuPont BD é uma tábua de probabilidades de entrada em aposentadoria: 10% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 20% entre essa data e a data da aposentadoria normal e 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.

**c) Evolução**

DESCRIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2015	CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA	SALDOS EM 31/12/2016
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>346.991</b>	<b>79.824</b>	<b>426.815</b>
DUPREV BD	343.529	79.917	423.446
DUPREV CD	3.462	(93)	3.369
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>340.665</b>	<b>(11.636)</b>	<b>329.029</b>
DUPREV BD	176.834	(7.757)	169.077
DUPREV CD	163.831	(3.879)	159.952
<b>(-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(12.557)</b>	<b>(622)</b>	<b>(13.179)</b>
<b>(-) Déficit Equacionado</b>	<b>(12.557)</b>	<b>(622)</b>	<b>(13.179)</b>
DUPREV BD	(12.557)	(622)	(13.179)
<b>Total</b>	<b>675.099</b>	<b>67.566</b>	<b>742.665</b>

A evolução dos saldos contratados foi a seguinte:

PLANOS	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES	ATUALIZAÇÃO / REACTUAÇÃO	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
DUPREV BD	(12.557)	1.022	(1.644)	(13.179)
<b>TOTAL</b>	<b>(12.557)</b>	<b>1.022</b>	<b>(1.644)</b>	<b>(13.179)</b>

Devido ao déficit apurado no exercício de 2018, a entidade vem efetuando contribuições extraordinárias, cujo o equacionamento está em curso e o prazo adotado corresponde a 9 anos, prazo remanescente de acordo com parecer atuarial. A amortização poderá variar entre o mínimo exigido de 6,54% da folha de salário de participação do Plano Duprev BD e o máximo de contribuições no montante de R\$ 13.179, valor estimado para integralização da Provisão Matemática a Constituir na data da avaliação.

**NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO****a) Apuração do Resultado do Exercício**

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

PLANO	2015	(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	2016
DUPREV BD	–	(37.697)	(37.697)
DUPREV CD	508	(508)	–
<b>Total</b>	<b>508</b>	<b>(38.205)</b>	<b>(37.697)</b>

O déficit apurado no exercício decorre-se em função do aumento das provisões matemáticas. Esse aumento das provisões matemáticas se deve a alteração da massa de participantes, por reajustes de salários e benefícios.

Adicionalmente, na avaliação atuarial, os benefícios informados na base de dados foram atualizados em 8,58%, referente ao INPC-IBGE acumulado desde a data do seu último reajuste (novembro/2015) até novembro/2016, visando posicioná-los na data da avaliação. Este procedimento gerou um acréscimo estimado em R\$ 33.461 nas obrigações registradas em 31 de dezembro de 2016.

## b) Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ . Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ .

Os cálculos do limite da reserva de contingência dos planos foram as seguintes:

DESCRIÇÃO	2015		2016	
	DUPREV BD	DUPREV CD	DUPREV BD	DUPREV CD
Saldo de Provisões Matemáticas (a)	507.806	3.007	592.446	2.776
<b>Cálculo do limite do Déficit Técnico Acumulado</b>				
Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (b)	10,60	–	8,95	–
Limite do Déficit Técnico Acumulado (a * b)	(53.827)	–	(53.024)	–
<b>Cálculo do limite da Reserva de Contingência</b>				
Duração do Passivo do Plano acrescido de 10 pontos (b)	–	–	–	–
Limite do Superávit Técnico calculado pelo fator (a * b)	–	–	–	–
Limite do Superávit Técnico calculado em 25% das PM (a * 25%)	–	752	–	694
Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre os limites)	–	–	–	–

Considerando que os planos apuraram Superávit Técnico Acumulado inferior ao limite, portanto, não constituindo Reserva Especial, e conforme Resolução CGPC 26/08 e alterações posteriores, os ajustes de precificação não se aplicam a estes planos. Caso fosse considerado, o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado seriam na ordem de:

EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	2015	2016	2015	2016
	DUPREV BD	DUPREV BD	DUPREV CD	DUPREV CD
a) Equilíbrio Técnico Contábil	–	(37.697)	508	–
b) (+/-) Ajuste de Precificação (*)	–	15.703	–	–
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a + b)	–	(21.994)	508	–

(\*) Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

## NOTA 11 – FUNDOS

### a) Fundos Previdenciais

Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores serão utilizados pelas patrocinadoras para efetuar as contribuições/aportes em nome dos participantes, conforme estabelecido no regulamento do plano.

## b) Fundos Administrativos

Constituídos com recursos das patrocinadoras excedentes às despesas administrativas dos planos, destinando-se ao custeio das despesas previdenciais da Gestão Administrativa.

DESCRIÇÃO	2015	REMUNERAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	(REVERSÃO)	2016
<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>5.344</b>	<b>1.729</b>	<b>2.398</b>	<b>(6.774)</b>	<b>2.697</b>
DUPREV CD	5.344	1.729	2.398	(6.774)	2.697
<b>Fundos Administrativos</b>	<b>1.776</b>	<b>238</b>	<b>4.366</b>	<b>(4.458)</b>	<b>1.922</b>
DUPREV BD	670	99	475	(602)	642
DUPREV CD	1.106	139	3.891	(3.856)	1.280
<b>Total</b>	<b>7.120</b>	<b>1.967</b>	<b>6.764</b>	<b>(11.232)</b>	<b>4.619</b>

## NOTA 12 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve operações com as partes relacionadas acima, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras, pagamentos de benefícios e reembolsos realizados pela Duprev para a Patrocinadora).



## NOTA 13 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Participação no Plano de Gestão Administrativa</b>	<b>1.922</b>	<b>1.776</b>
DUPREV BD	642	670
DUPREV CD	1.280	1.106
<b>Participação no Fundo Administrativo PGA</b>	<b>1.922</b>	<b>1.776</b>
DUPREV BD	642	670
DUPREV CD	1.280	1.106
<b>Transferência entre Perfil – Ativo</b>	<b>1.683</b>	<b>3.961</b>
DUPREV CD	1.683	3.961
<b>Transferência entre Perfil – Passivo</b>	<b>1.683</b>	<b>3.961</b>
DUPREV CD	1.683	3.961
<b>Transferência entre Perfil – Resultado</b>	<b>7.633</b>	<b>10.382</b>
DUPREV CD	7.633	10.382
<b>Transferência entre Perfil – Resultado</b>	<b>7.633</b>	<b>10.382</b>
DUPREV CD	7.633	10.382

# DESPESAS ADMINISTRATIVAS NÃO DEDUZIDAS DAS COTAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIO

As despesas de funcionamento da Duprev não deduzidas das cotas dos planos de benefício totalizaram R\$ 3,728 milhões em 2016.

DESPESAS COMUNS A TODOS OS PLANOS (EM 31/12/2016)			
	Consolidado	Plano BD	Plano CD
Honorários Advocatícios	343.728,57	54.599,30	289.129,27
Avaliações Atuariais	196.848,83	5.905,47	190.943,36
Consultorias	220.337,52	7.866,05	212.471,47
Auditoria	96.546,00	2.896,38	93.649,62
Pessoal e Recursos cedidos pela patrocinadora principal	1.674.558,00	59.781,72	1.614.776,28
Administração Previdencial Terceirizada	708.323,05	25.287,13	683.035,92
Tributos	286.165,90	86.683,99	199.481,91
Outros	202.397,10	7.225,58	195.171,52



# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras – Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017.

### **PricewaterhouseCoopers**

Audidores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

### **Adriano Formosinho Correia**

Contador CRC 1BA029904/O-5 “S” SP

# PARECER ATUARIAL – PLANO BD

## 1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano DUPREV BD, administrado pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à Patrocinadora DuPont do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016.

## 2. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinaados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/07/2016.

### Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS	
Número	108
Idade Média (anos)	48,7
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	23,4
Tempo Médio de Contribuição (anos)	23,0
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	11,4
Salário Mensal Médio (R\$)	20.543
Folha Anual de Salários (R\$) – (12x)	26.624.132

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS	
Número	1
Idade Média (anos)	42,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	16,3
Tempo Médio de Contribuição (anos)	16,3
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	17,9
Salário Mensal Médio (R\$)	18.192
Folha Anual de Salários (R\$) – (12x)	218.299

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO	
Número	182
Idade Média (anos)	49,8
Benefício Mensal Médio (R\$)	5.170

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS	
<b>Aposentados</b>	
Número	238
Idade Média (anos)	66,1
Benefício Mensal Médio em R\$	9.614
<b>Aposentados Inválidos</b>	
Número	3
Idade Média (anos)	63,6
Benefício Mensal Médio em R\$	9.709

[...]

[...]

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS	
<b>Beneficiários</b>	
Número	17
Idade Média (anos)	72,7
Benefício Mensal Médio em R\$	6.318
<b>Total</b>	
Número	258
Idade Média (anos)	66,5
Benefício Mensal Médio em R\$	9.398

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/07/2016. Na avaliação atuarial esses valores foram atualizados em 8,58%, para posicioná-los em 31/12/2016, considerando o INPC – IBGE acumulado no período de novembro/2015 à novembro/2016.

### 3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	5,61% a.a.
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1) (2)</sup>	3,5% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS <sup>(1)</sup>	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano <sup>(1)</sup>	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade <sup>(3)</sup>	Rotatividade DuPont BD
Tábua de mortalidade geral <sup>(4)</sup>	AT-2000 suavizada, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability
Composição Familiar	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, com dois filhos dependentes. Para os aposentados considera-se a idade real do cônjuge sem filhos dependentes.
Outras hipóteses biométricas utilizadas <sup>(5)</sup>	- Experiência DuPont BD para ativos - 100% da entrada em aposentadoria nos 55 anos de idade para participantes em Benefício Proporcional Diferido

<sup>(1)</sup> O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

<sup>(2)</sup> A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

<sup>(3)</sup> Pela tábua da DuPont BD, a rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS):  $0,15 / (TS+1)^{0,4}$ .

A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura da Patrocinadora sobre desligamentos de participantes do Plano.

Informamos que, será considerado conservadoramente que, ao se desligar do plano o participante tem 100% de probabilidade de optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.

<sup>(4)</sup> Foi utilizada a tábua AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo.

<sup>(5)</sup> A Experiência DuPont BD é uma tábua de probabilidades de entrada em aposentadoria: 10% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 20% entre essa data e a data da aposentadoria normal e 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.

### Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano DUPREV BD encontram-se arquivadas na Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 6,04%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção da taxa real anual de juros de 5,61% a.a.

### Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o Crédito Unitário para a avaliação de todos os benefícios do Plano DUPREV BD.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano DUPREV BD.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



## 4. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil posicionados em 31/12/2016.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	542.289.226,03
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	541.646.637,20
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	579.343.437,75
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	423.445.706,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	423.445.706,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	404.510.987,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	18.934.719,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	169.076.875,80
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	76.092,80
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Parcela Participantes	76.092,80
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	153.856.109,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	198.316.884,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	44.460.775,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	15.144.674,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	22.353.218,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	7.208.544,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	13.179.144,05
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado – Total	13.179.144,05
2.3.1.1.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado – anterior a 31/12/2015	13.179.144,05
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) – Total	13.179.144,05
2.3.1.1.03.02.01.1	(-) Patrocinador(es) – anterior a 31/12/2015	13.179.144,05
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes – Total	-
2.3.1.1.03.02.02.1	(-) Participantes – anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos – Total	-
2.3.1.1.03.02.03.1	(-) Assistidos – anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	37.696.800,55
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	37.696.800,55
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	642.588,83
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS – PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	642.588,83
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano DUPREV BD vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em extinção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano DUPREV BD no exercício de 2016.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados – assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados – assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados – assistidos).
- c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano DUPREV BD avaliado, assim como os va-

lores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano DUPREV BD mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

### **Variação nas Provisões Matemáticas**

O aumento nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2016 se deve a alteração na massa de participantes, por reajustes de salários e benefícios.

Adicionalmente, na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016, os benefícios informados na base de dados foram atualizados em 8,58%, referente ao INPC-I-BGE acumulado desde a data do seu último reajuste (novembro/2015) até novembro/2016, visando posicioná-los na data da avaliação. Este procedimento gerou um acréscimo estimado em R\$ 33.460.712,45 nas obrigações registradas em 31/12/2016.

### **Variação do Resultado**

No exercício de 2015 o Plano DUPREV BD encontrava-se equilibrado, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu em um déficit em função do aumento nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer. Ressaltamos que déficit não será equacionado, pois está dentro do limite estabelecido pela legislação.

Esclarecemos que os valores apresentados não contemplam o “ajuste de precificação” previsto na Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, a qual foi regulamentada pela Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015.

### **Natureza do Resultado**

Na avaliação atuarial de 31/12/2016 foi apurado déficit no valor de R\$ 37.696.800,55. A parcela do déficit, dentro do limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008, calculado pela seguinte fórmula:  $1\% \times (\text{duração})$

do passivo - 4) x Provisão Matemática, será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 12,95 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2016.

O Plano apresenta equacionamento de déficit anterior à 31/12/2015, cujo financiamento está em curso e o prazo adotado corresponde a 9 anos, e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores, de acordo com o item 39 da Resolução MPAS/CPC 01/78.

### Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Não há valores alocados em Fundo Previdencial em 31/12/2016.

## 5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

### Custos

O método atuarial Crédito Unitário, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, pressupõe a acumulação do valor presente do benefício apurado na data da avaliação, em parcelas anuais iguais, no período decorrido entre a data de admissão do participante na patrocinadora do plano e a data provável da concessão de cada benefício, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2016
<b>Normal</b>		
Aposentadorias	17,23	4.882.337
Invalidez	0,90	255.492
Pensão por Morte	0,46	130.930
Desligamento	2,99	847.692
Total Custo Normal	21,58	6.116.451
<b>Extraordinário</b>		
Amortização do Déficit	6,54	1.853.588
<b>Custo Total</b>	<b>28,12</b>	<b>7.970.039</b>

Esclarecemos que o prazo adotado para a amortização da subconta Serviço Passado corresponde a 9 anos e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores, de acordo com o item 39 da Resolução MPAS/CPC 01/78.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2016. Ressaltamos que durante o ano de 2017, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

### Evolução dos Custos

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2017, quando comparados aos projetados para o exercício de 2016 permanecendo um percentual próximo da folha dos salários de participação.

### Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora deverá efetuar contribuições para o Plano DUPREV BD com base nos seguintes níveis:

### Patrocinadora

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Contribuição Normal	21,58	6.116.451
Contribuição Extraordinária	6,54	1.853.588

Os pagamentos correspondentes à amortização da Provisão a Constituir – Subconta Déficit Equacionado (Patrocinador) poderão variar entre:

- Déficit Equacionado: o mínimo exigido de 6,54% da folha de salário de participação e o máximo de R\$ 13.179.144,05, valor estimado para integralização da Provisão Matemática a Constituir na data da avaliação.

### Participantes Autopatrocinaados

Os Participantes Autopatrocinaados deverão efetuar Contribuições normais calculadas individualmente conforme a

Nota Técnica do Plano incluindo as contribuições para o custeio das despesas administrativas.

### **Participantes em Benefício Proporcional Diferido**

Os participantes em Benefício Proporcional Diferido não deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas.

### **Despesas Administrativas**

Adicionalmente aos custos apresentados, as despesas administrativas serão pagas ao longo do ano conforme previsto no Orçamento Geral da Entidade para 2016.

### **Vigência do Plano de Custeio**

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2017.

## **6. CONCLUSÃO**

Certificamos que o Plano DUPREV BD da Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil está deficitário em 31/12/2016. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

São Paulo, 23 de março de 2017

**Mercer Human Resource Consulting Ltda.**

**Danilo Diogenes Rodrigues**

MIBA nº 2.763

**Mauro Machado Pereira**

MIBA nº 631



# PARECER ATUARIAL – PLANO CD

## 1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano DUPREV CD, administrado pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à Patrocinadora DuPont do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016.

## 2. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinaados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/07/2016.

### Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS	
Número	1.327
Idade Média (anos)	37,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	7,9
Tempo Médio de Contribuição (anos)	3,7
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	22,9
Salário Mensal Médio (R\$)	10.778
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	185.939.125

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS	
Número	44
Idade Média (anos)	39,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	8,1
Tempo Médio de Contribuição (anos)	5,5
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	21,2
Salário Mensal Médio (R\$)	12.663
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	7.243.473

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO	
Número <sup>(1)</sup>	221
Idade Média (anos)	42,3
Benefício Mensal Médio (R\$) <sup>(2)</sup>	–

<sup>(1)</sup> Existem 152 que apresentam status "Aguardando Opção" que não foram considerados.

<sup>(2)</sup> Os valores não estão disponíveis pelo fato de estes benefícios somente serem calculados quando do início do seu pagamento.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS	
<b>Aposentados</b>	
Número	23
Idade Média (anos)	61,3
Benefício Mensal Médio em R\$	1.909
<b>Aposentados Inválidos</b>	
Número	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Mensal Médio em R\$	-
<b>Beneficiários</b>	
Número	1
Idade Média (anos)	49,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.341
<b>Total</b>	
Número	24
Idade Média (anos)	60,8
Benefício Mensal Médio em R\$	1.927

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/07/2016. Na avaliação

atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2016, refletindo o conceito de capacidade.

### 3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS <sup>(1)</sup>	5,13% A.A.
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1) (2)</sup>	3,50% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS <sup>(1)</sup>	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano <sup>(1)</sup>	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	1,00
Hipótese sobre rotatividade <sup>(3)</sup>	Rotatividade DuPont CD
Tábua de mortalidade geral <sup>(4)</sup>	AT-2000 suavizada, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability
Composição Familiar	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos. Para os aposentados considera-se a composição familiar real.
Outras hipóteses biométricas utilizadas <sup>(5)</sup>	Mercer Retirement

<sup>(1)</sup> O indexador utilizado é o INPC;

<sup>(2)</sup> A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

<sup>(3)</sup> A Rotatividade DuPont CD varia de acordo com o tempo de serviço (TS):  $0,30 / (TS + 1)^{0,4}$ .

<sup>(4)</sup> Foi utilizada a tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

<sup>(5)</sup> A Mercer Retirement é uma tábua de probabilidades de entrada em aposentadoria: 10% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 20% entre essa data e a data da aposentadoria normal e 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.

### Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são o benefício mínimo e a projeção de contribuição de patrocinadora, nos casos de morte ou invalidez.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano DUPREV CD encontram-se arquivadas na Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil à disposição dos Participantes, dos Assistentes, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,97%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção da taxa real anual de juros de 5,13% a.a.

### Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o “Capitalização Individual” para a avaliação de todos os benefícios do Plano DUPREV CD, exceto o Benefício Mínimo e o Saldo de Conta Projetado para os casos de Invalidez e Morte, que foram avaliados pelo “Método Agregado”.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano DUPREV CD.

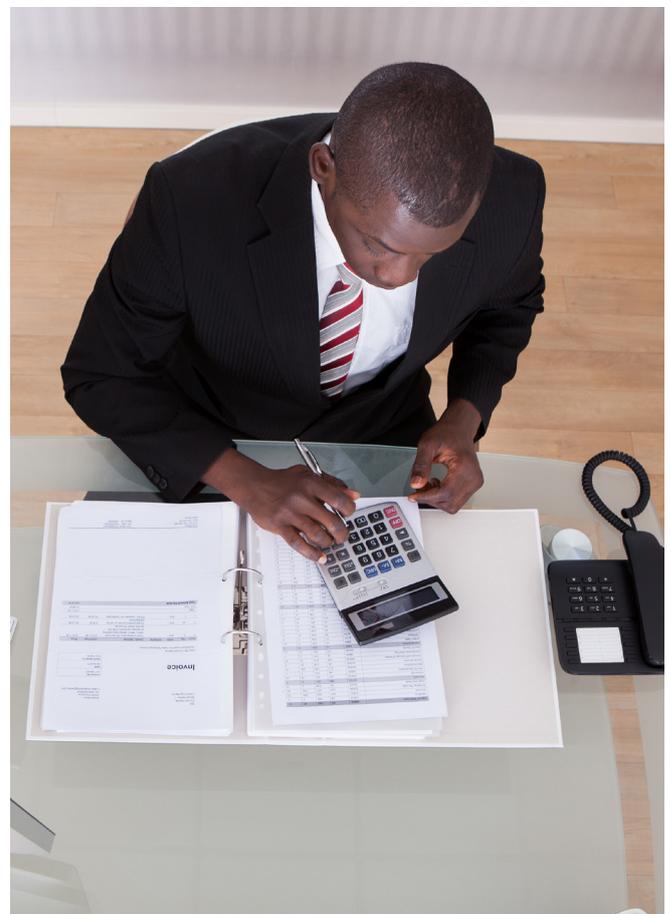
Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolu-

ção CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

## 4. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil posicionados em 31/12/2016.



## RELATÓRIO ANUAL 2016

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	167.298.096,75
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	163.321.449,95
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	163.321.449,95
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.369.092,65
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	3.369.092,65
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	3.369.092,65
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	-
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	159.952.357,30
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	157.175.870,17
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	80.592.289,72
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Parcela Participantes	76.583.580,45
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.776.487,13
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	4.237.516,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	1.461.028,87
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado – Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) – Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes – Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos – Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	3.976.646,80
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.697.029,62
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	2.696.728,10
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	301,52
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS – PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.279.617,18
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano DUPREV CD vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano DUPREV CD no exercício de 2016.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) As provisões referentes ao benefício mínimo e projeção do saldo de conta foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do DUPREV CD avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil.

### Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

### Variação do Resultado

A situação de equilíbrio do Plano foi mantida, em função do método Agregado, que prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores.

### Natureza do Resultado

Como o método de avaliação utilizado é o Agregado, até que haja a integralização do Valor Presente dos Benefícios Futuros do Plano, o resultado do plano será sempre um equilíbrio, sendo as provisões matemáticas equivalentes ao patrimônio de cobertura do plano, na data base da avaliação.

### Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

O Fundo Previdencial foi constituído com as contribuições da Patrocinadora, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Este fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizado pela Patrocinadora até a sua totalidade, para financiar contribuições devidas.

Esclarecemos que, de acordo com o artigo/item 6.8 do Regulamento do Plano DUPREV CD, o Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2017, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

## 5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

### Custos

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2016
<b>Normal</b>		
Aposentadorias	11,02	21.815.644
Benefício Mínimo e Projeção de Saldo	0,11	217.734
<b>Total Custo Normal</b>	<b>11,13</b>	<b>22.033.378</b>

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2016. Ressaltamos que durante o ano de 2017, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

### Evolução dos Custos

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Os custos apurados para 2017 refletem uma redução em relação ao apresentado para o exercício de 2016, devido a alteração do perfil de participantes no plano dada as saídas e entradas ocorridas em 2016.

### Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano DUPREV CD com base nos seguintes níveis:

#### Patrocinadora

A Patrocinadora deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 do Regulamento do Plano, além das seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
<b>Contribuição Normal</b>		
Aposentadorias	6,09	12.059.992
Benefício Mínimo e Projeção de Saldo	0,11	217.734

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,20% da folha de salário de participação (equivalente a R\$ 12.277.726 em 31/12/2016).

A patrocinadora poderá abater as contribuições previstas neste plano de custeio até a sua totalidade com recursos

do Fundo de Reversão durante o exercício 2017, desde que aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Conforme decisão do Conselho Deliberativo, a Patrocinadora poderá utilizar o Fundo Administrativo, até a sua totalidade, para financiar as contribuições administrativas devidas no exercício de 2017.

#### Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 4,93% do salário, ou R\$ 9.755.652, em moeda de 31/12/2016, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

#### Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% das contribuições totais realizadas (não podendo tal valor ser inferior a R\$ 20,00).

#### Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas correspondente a 5% da última contribuição total realizada pela Patrocinadora e pelo Participante corrigido anualmente pelo índice de reajuste definido no Regulamento do Plano, não podendo referido valor ser inferior a R\$ 10,00.

#### Despesas Administrativas

Adicionalmente aos custos apresentados, as despesas administrativas serão pagas ao longo do ano conforme previsto no Orçamento Geral da Entidade para 2017.

#### Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2017.

## 6. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano DUPREV CD da Sociedade Previdenciária DuPont do Brasil está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

São Paulo, 07 de março de 2017.

**Mercer Human Resource Consulting Ltda.**

**Danilo Diogenes Rodrigues**

MIBA nº 2.763



# DEMONSTRATIVO E RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO BD

Exercício de 2016

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS (DI)			2016		2015		2016 VS 2015
			Valor (R\$)	% Consolidado	Valor (R\$)	% Consolidado	
<b>CONSOLIDADO</b>			<b>544.154.184,48</b>	<b>100,00</b>	<b>507.386.622,77</b>	<b>100,00</b>	<b>▲</b>
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>			<b>544.154.184,48</b>	<b>100,00</b>	<b>507.386.622,77</b>	<b>100,00</b>	<b>▲</b>
Títulos Públicos			544.138.668,70	100,00	507.371.464,81	100,00	▲
Depósitos			15.515,78	0,00	15.157,96	0,00	▲
Valores a Pagar/Receber			–	0,00	–	0,00	=
<b>CARTEIRA TERCEIRIZADA (FUNDOS)</b>			<b>2016</b>		<b>2015</b>		<b>2016 vs 2015</b>
Fundos	CNPJ	Gestor	Valor (R\$)	% Consolidado	Valor (R\$)	% Consolidado	
			–	0,00	–	0,00	=

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – ALOCAÇÃO NOS SEGMENTOS			2016		2015		2016 VS 2015
SEGMENTOS	LIMITE LEGAL	LIMITE P.I.	Valor (R\$)	% Consolidado	Valor (R\$)	% Consolidado	
			<b>544.154.184,48</b>	<b>100,00</b>	<b>507.386.622,77</b>	<b>100,00</b>	<b>▲</b>
Renda Fixa <sup>(1)</sup>	100%	52% a 100%	544.154.184,48	100,00	507.386.622,77	100,00	▲
Renda Variável	70%	0% a 10%	–	0,00	–	0,00	=
Invest. Estruturados	20%	0% a 10%	–	0,00	–	0,00	=
Invest. Exterior	10%	0% a 5%	–	0,00	–	0,00	=
Imóveis	8%	0% a 8%	–	0,00	–	0,00	=
Oper. c/ Particip.	15%	0% a 15%	–	0,00	–	0,00	=

<sup>(1)</sup> O Valor em Renda Fixa corresponde a soma dos valores alocados em Títulos Públicos, Títulos Privados, Depósitos e a Carteira Terceirizada (Fundos – Renda Fixa).

DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS CUSTOS INCORRIDOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (COMPARATIVO AO VALOR INVESTIDO)	2016		2015		2016 VS 2015
	Valor (R\$)	% Sobre (*)	Valor (R\$)	% Sobre (*)	
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	=
Pessoal	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Encargos	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Assistência	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
<b>Cursos e Treinamento</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	=
<b>Passagens + Transportes + Estadia</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	=
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>347.197,31</b>	<b>0,062</b>	<b>316.040,08</b>	<b>0,062</b>	▲
Corretagens	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Acompanhamento das Políticas de Investimentos	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Consultorias	1.925,97	0,001	3.134,53	0,002	▼
Honorários Advocatícios	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Auditoria	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Gestão, Custódia e Administração Fiduciária dos Investimentos	345.271,34	0,062	312.905,55	0,060	▲
Avaliações Atuariais	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
<b>Despesas Gerais</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	=
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	=
<b>Outras Despesas Administrativas</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	=
<b>TOTAL</b>	<b>347.197,31</b>	<b>0,062</b>	<b>316.040,08</b>	<b>0,062</b>	<b>▲</b>

RENTABILIDADES E COMPARATIVOS		2016
<b>Renda Fixa</b>		<b>13,26%</b>
Benchmark RF (Carteira IPCA curva): INPC + 5% ao ano		11,91%
Meta Atuarial: INPC + 5,61% ao ano		12,56%

#### DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO 3.792 E À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o exercício de 2016, a Entidade apresentou pleno enquadramento em relação à legislação vigente e à sua Política de Investimentos.

#### JUSTIFICATIVAS AOS DESENQUADRAMENTOS

Não foram constatados desenquadramentos no Plano no exercício de 2016.

# DEMONSTRATIVO E RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO CD

Exercício de 2016

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS (DI)			2016		2015		2016 VS 2015
			Valor (R\$)	% Consolidado	Valor (R\$)	% Consolidado	
<b>CONSOLIDADO</b>			<b>163.742.043,63</b>	<b>100,00</b>	<b>169.527.251,44</b>	<b>100,00</b>	▼
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>			<b>97.373,37</b>	<b>0,06</b>	<b>174.973,37</b>	<b>0,10</b>	▼
Títulos Públicos			–	0,00	–	0,00	=
Títulos Privados			–	0,00	–	0,00	=
Depósitos			97.373,37	0,06	95.457,41	0,06	▲
Valores a Pagar/Receber			–	0,00	79.515,96	0,05	▼
<b>CARTEIRA TERCEIRIZADA (FUNDOS)</b>			<b>2016</b>		<b>2015</b>		<b>2016 vs 2015</b>
Fundos	CNPJ	Gestor	Valor (R\$)	% Consolidado	Valor (R\$)	% Consolidado	
Itau VE IB IN FICFIA	17.412.528/0001-70	Itau-Unibanco	28.072.539,08	17,14	27.312.621,27	16,11	▲
Duprev FI RF	20.077.466/0001-80	Bradesco	135.572.131,18	82,80	142.039.656,80	83,79	▼

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – ALOCAÇÃO NOS SEGMENTOS			2016		2015		2016 VS 2015
SEGMENTOS	LIMITE LEGAL	LIMITE P.I.	Valor (R\$)	% Consolidado	Valor (R\$)	% Consolidado	
			<b>163.742.043,63</b>	<b>100,00</b>	<b>169.527.251,44</b>	<b>100,00</b>	▼
Renda Fixa (*)	100%	40% a 100%	135.669.504,55	82,86	142.214.630,17	83,89	▼
Renda Variável	70%	0% a 60%	28.072.539,08	17,14	27.312.621,27	16,11	▲
Invest. Estruturados	20%	0% a 10%	–	0,00	–	0,00	=
Invest. Exterior	10%	0% a 10%	–	0,00	–	0,00	=
Imóveis	8%	0% a 8%	–	0,00	–	0,00	=
Oper. c/ Particip.	15%	0% a 15%	–	0,00	–	0,00	=

(\*) O Valor em Renda Fixa corresponde a soma dos valores alocados em Títulos Públicos, Títulos Privados, Depósitos e a Carteira Terceirizada (Fundos – Renda Fixa).

DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS CUSTOS INCORRIDOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (COMPARATIVO AO VALOR INVESTIDO)	2016		2015		2016 VS 2015
	Valor (R\$)	% Sobre (*)	Valor (R\$)	% Sobre (*)	
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>=</b>
Pessoal	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Encargos	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Assistência	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
<b>Cursos e Treinamento</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>=</b>
<b>Passagens + Transportes + Estadia</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>=</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>81.747,02</b>	<b>0,041</b>	<b>68.666,66</b>	<b>0,116</b>	<b>▲</b>
Corretagens	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Acompanhamento das Políticas de Investimentos	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Consultorias	53.622,57	0,029	48.993,39	0,073	▲
Honorários Advocatícios	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Auditoria	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
Gestão, Custódia e Administração Fiduciária dos Investimentos	28.124,45	0,012	19.673,27	0,043	▲
Avaliações Atuariais	ZERO	0,000	ZERO	0,000	=
<b>Despesas Gerais</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>=</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>=</b>
<b>Outras Despesas Administrativas</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>ZERO</b>	<b>0,000</b>	<b>=</b>
<b>TOTAL</b>	<b>81.747,02</b>	<b>0,041</b>	<b>68.666,66</b>	<b>0,116</b>	<b>▲</b>

RENTABILIDADES E COMPARATIVOS	2016
<b>Renda Fixa</b>	
Benchmark RF: IMA-B 5+	31,04%
<b>Renda Variável</b>	
Benchmark RV: IBOVESPA	38,94%
<b>Rentabilidade por Perfil (*)</b>	
Perfil 0	34,67%
Perfil 15	35,29%
Perfil 30	35,83%
Perfil 50	36,93%
<b>Consolidado</b>	<b>35,40%</b>
Meta de Investimentos: INPC + 5% ao ano	11,91%

(\*) Rentabilidade acumulada por Perfil no período de Janeiro a Dezembro/2016.

#### DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO 3.792 E À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o exercício de 2016, a Entidade apresentou pleno enquadramento em relação à legislação vigente e à sua Política de Investimentos.

#### JUSTIFICATIVAS AOS DESENQUADRAMENTOS

Não foram constatados desenquadramentos no Plano no exercício de 2016.

# ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Realizada aos 20 de Março de 2.017

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, sita na Alameda Itapecuru, 506/Parte, Alphaville, no município de Barueri, Estado de São Paulo, reuniram-se as Sras. Fabiana Moreira Barboza Prada e Marisa Bittencourt de Marques, integrantes do Conselho Fiscal da Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil (“Sociedade”), acompanhados do Sr. Alexandre Garcia de Carvalho, Diretor Superintendente da Sociedade. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos a Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Fabiana Moreira Barboza Prada, que designou a mim, Alexandre Garcia de Carvalho, para servir como Secretário da Mesa. Verificado o quórum para início dos trabalhos, a Sra. Presidente informou aos presentes que, conforme era do conhecimento de todos, a Ordem do Dia consistia dos seguintes itens: a) Avaliação dos controles Internos da Sociedade relativa ao segundo semestre do exercício de 2.016; b) Aprovação das Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício de 2.016; c) Aprovação das premissas, pareceres e avaliação atuariais da Sociedade relativas ao exercício de 2.016; d) Aprovação do Relatório da Diretoria Executiva relativo ao exercício de 2.016; e) Revisão da execução orçamentária da Sociedade no exercício de 2.016; f) Revisão da conformidade dos investimentos da Sociedade, no segundo semestre do exercício de 2.016, às suas políticas de investimentos e à legislação aplicável; g) Avaliação do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas da administração da Sociedade estabelecidas para o exercício de 2.016; h) Situação de ações e projetos; e i) Elaboração e aprovação do relatório do Conselho Fiscal relativo ao segundo semestre do exercício de 2.016 (“Relatório”). Colocada a Ordem do Dia em discussão, a Sra. Presidente solicitou a mim que tomasse a palavra e discorresse sobre o item “a.” Reiterei aos presentes que oito dos nove aprimoramentos recomendados pelo Conselho Fiscal, como resultado de suas revisões dos riscos e controles internos empreendidas até agosto de 2.016, foram acatados e executados pela Diretoria Executiva e que a avaliação dos riscos e controles após esses aprimoramentos

não indicou exposição inaceitável a nenhum risco, tudo conforme documentado nas Notas 57/2016 e 58/2016, previamente enviada aos Srs. Conselheiros para apreciação. Destaquei, ainda, que as recomendações do Conselho Fiscal resultantes de suas reuniões realizadas em 26/10/2016 e 22/11/2016 estão sob consideração da equipe de gestão e da Diretoria Executiva da Sociedade e que a situação do seu atendimento será reportada no segundo trimestre de 2.017. Respondidas as questões dos Srs. Conselheiros, estes concluíram unanimemente pela adequação dos controles internos à manutenção de um nível aceitável dos riscos identificados pela a Sociedade e decidiram encaminhar as referidas Notas 57/2016 e 58/2016 à apreciação do Conselho Deliberativo da Sociedade. A Sra. Presidente colocou então em discussão o item “b” da Ordem do Dia, devolvendo a mim a palavra, que passei à apresentação e análise dos balanços, das mutações dos patrimônios e dos ativos líquidos dos Planos Duprev BD e Duprev CD e da demonstração do Plano de Gestão Administrativa, todos previamente enviados aos Srs. Conselheiros para apreciação. Respondidas todas as questões dos presentes, os Srs. Conselheiros decidiram aprovar, sem ressalvas, por unanimidade, o Balanço Patrimonial (consolidado), a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, a Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios – DPT, e as respectivas Notas Explicativas, que fazem parte integrante desta Ata. Dando prosseguimento à reunião e passando para o item “c” da Ordem do Dia, a Sra. Presidente perguntou aos demais membros do Conselho Fiscal se havia questões acerca dos Estudos Técnicos de Adequação das Hipóteses Atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial em 31/12/2016, Pareceres Atuariais e Planos de Custeio enviados previamente a todos para exame. Esclarecidas as suas

questões, os Srs. Conselheiros concluíram não haver evidências de que as premissas e hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial e elaboração dos planos de custeio da Sociedade estejam inadequadas às características das populações de participantes dos planos de benefícios por ela administrados. Os Srs. Conselheiros decidiram ainda aprovar, sem ressalvas, por unanimidade, os Pareceres Atuariais, Planos de Custeio e Demonstrações Atuariais dos Planos Duprev CD e Duprev BD, que fazem parte integrante desta Ata. Os Srs. Conselheiros solicitaram à Diretoria Executiva, ainda, o agendamento de reunião com o atuariário da Sociedade para esclarecimentos de alguns detalhes técnicos quanto à aderência das hipóteses atuariais, bem como apresentar sugestões de aprimoramento da documentação dos testes de aderência. Passando ao item “d” da Ordem do Dia, a Sra. Presidente devolveu-me a palavra. Discorri sobre os principais aspectos da gestão previdencial, gestão dos investimentos e gestão administrativa da Sociedade empreendidas pela Diretoria Executiva ao longo do exercício de 2.016, conforme documentado no Relatório Anual da Diretoria Executiva relativo a esse exercício, enviado aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua preparação prévia. Esclarecidas as questões dos presentes, os Srs. Conselheiros concluíram que o Relatório Anual da Diretoria Executiva para o exercício de 2.016 registra de forma adequada as ações da administração no período e decidiram aprová-lo, sem ressalvas, por unanimidade, requisitando o seu encaminhamento ao Conselho Deliberativo da Sociedade para apreciação em suas futuras reuniões. A Sra. Presidente solicitou assim que eu passasse item “e” da Ordem do Dia. Ressaltei aos presentes que, conforme análise da Diretoria Executiva documentada na Nota 54/2016, enviada previamente para a apreciação dos Srs. Conselheiros, os desvios apurados em relação ao orçamento aprovado para o exercício de 2.016 nas adições, deduções, receitas, despesas e fluxos de investimentos dos planos administrados pela Sociedade foram devidamente justificados e não requerem a adoção de ações corretivas. Como não havia questões a respeito do tema, os Srs. Conselheiros concluíram unanimemente que os desvios apurados em relação ao orçamento estavam devidamente justificados, não havendo necessidade de execução de ações corretivas. Em seguida, a Sra. Presidente solicitou que a Nota 54/2016 seja encaminhada ao Conselho Deliberativo da Sociedade para apreciação em suas futuras reu-

niões. Passando ao item “f” da Ordem do Dia, a Sra. Presidente devolveu-me a palavra. Ressaltei que durante o 4º trimestre de 2.016 não foram verificados quaisquer desvios dos investimentos da Sociedade em relação à legislação e políticas de investimento em vigor, conforme documentado na Nota 56/2016 enviada aos Srs. Conselheiros para apreciação prévia. Não havendo perguntas, os Srs. Conselheiros concluíram unanimemente que durante o 4º trimestre do exercício de 2.016 a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios esteve aderente às normas em vigor e às políticas de investimentos e solicitaram o encaminhamento da Nota 56/2016 ao Conselho Deliberativo da Sociedade para apreciação em suas futuras reuniões. A Sra. Presidente pôs assim em discussão o item “g” da Ordem do Dia. Ressaltei aos presentes que, quanto ao resultado verificado das metas estabelecidas para o exercício de 2.016, nada tinha eu a acrescentar em relação ao documentado no Relatório Anual da Diretoria Executiva, previamente enviado aos Srs. Conselheiros para apreciação, e à Nota 55/2016, enviada aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua preparação prévia. Como não havia questões, os Srs. Conselheiros concluíram unanimemente que os desvios dos resultados da administração em relação às metas qualitativas e quantitativas estabelecidas para o exercício de 2.016 foram adequadamente justificados. Os Srs. Conselheiros a seguir solicitaram à Diretoria Executiva que encaminhe a referida Nota 55/2016 ao Conselho Deliberativo da Sociedade, para apreciação em suas futuras reuniões. A Sra. Presidente deu então seguimento à reunião, colocando em discussão o item “h” da Ordem do Dia. Relembrei os presentes da solicitação do Conselho Deliberativo, em sua reunião realizada em 21 de junho de 2.016 e documentada em ata específica, de que a Diretoria Executiva elaborasse um plano de contingência para o caso de agravamento do risco de crédito das NTN-B, nas quais a Sociedade investe a porção mais significativa de seu patrimônio, plano esse documentado na Nota 40/2016 e aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua reunião realizada em 14 de setembro de 2.016, também documentada em ata específica. Expus aos presentes a situação dos indicadores de risco de crédito soberano selecionados para monitoramento, ressaltando que os mesmos se encontravam em patamares significativamente inferiores aos limites estabelecidos no plano de contingência e que, portanto, entendia ser desnecessária a adoção de quaisquer

medidas no momento, tudo conforme documentado na Nota 03/2017, enviada aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua preparação prévia. Esclarecidas as questões dos presentes, os Srs. Conselheiros concluíram serem desnecessárias quaisquer medidas para o momento, aprovaram por unanimidade a referida Nota 03/2017 e solicitaram o seu envio ao Conselho Deliberativo da Sociedade, para apreciação em suas próximas reuniões. Compartilhei com os presentes, a seguir, o andamento, registrado na Nota 05/2017, enviada aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua preparação prévia, das providências tomadas pela Diretoria Executiva para atendimento às recomendações e determinações constantes do Ofício nº 047/2016/ERSP/PREVIC. Repassei com os presentes o estado do atendimento a essas recomendações e determinações. Não havendo questões dos presentes, os Srs. Conselheiros decidiram aprovar por unanimidade a referida Nota 05/2016 e solicitaram o seu envio ao Conselho Deliberativo da Sociedade, para apreciação em suas próximas reuniões. A Sra. Presidente, dando prosseguimento à reunião e passando ao último item da Ordem do Dia, solicitou que os membros do Conselho Fiscal revisassem a minuta do Relatório de Conselho Fiscal Relativo ao 2º Semestre de 2016, enviada antecipadamente aos Conselheiros para apreciação, alterando-a e complementando-a de forma a documentar os exames efetuados e as conclusões registradas nesta ata. Alterada e complementada essa minuta à satisfação dos Srs. Conselheiros, estes decidiram por unanimidade aprovar o Relatório, que devidamente assinado pelos Srs. Conselheiros, faz parte integrante desta ata. A Sra. Presidente franqueou então a palavra aos presentes. Nada mais havendo a ser tratado, determinou a Sra. Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pelos Srs. Conselheiros e pelo Secretário da Mesa.

Barueri, 20 de março de 2.017.

**Fabiana Moreira Barboza Prada**

Conselheira Fiscal e Presidente da Mesa

**Alexandre Garcia de Carvalho**

Diretor Superintendente e Secretário da Mesa

**Marisa Bittencourt de Marques**

Conselheira Fiscal



# ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Realizada aos 22 Dias do Mês de Março de 2.017

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às 14:00 horas, na sede social da Sociedade, sita à Alameda Itapecuru, 506/Parte, Alphaville, no município de Barueri, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Sociedade Previdenciária Du Pont do Brasil ("Sociedade"), acompanhados do Sr. Alexandre Garcia de Carvalho, Diretor Superintendente, Financeiro e AETQ da Sociedade, da Sra. Cláudia Pohlmann Gonzaga da Silva, Diretora de Seguridade, Benefícios e ARPB da Sociedade, da Sra. Fabiana Moreira Barboza Prada, Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade, da Sra. Patrícia Alves Oliveira e do Sr. Adriano Correia, representantes da Price Waterhouse Coopers ("PWC"), auditores independentes contratados pela Sociedade. Os Srs. Alexandre Iotti e Mauro Machado, representantes da empresa Mercer Human Resource ("Mercer"), contratada pela Sociedade para prestar serviços atuariais, juntaram-se aos presentes por meio de conferência telefônica. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Roberto Hun, que designou a mim, Alexandre Garcia de Carvalho, como Secretário da Mesa. Ao fazer a verificação do quórum para início dos trabalhos, o Sr. Presidente destacou que o Sr. Mário Tenerelli Neto se encontrava inabilitado a exercer o cargo de membro do Conselho Deliberativo, estando o seu processo de habilitação junto à PREVIC ainda em análise, conforme apurado pela Diretoria Executiva, apreciado pelo Conselho Fiscal da Sociedade e documentado na Nota 59/2016 e no Relatório do Conselho Fiscal da Sociedade relativo ao segundo semestre do exercício de 2.016. O Sr. Presidente convidou então o Sr. Mário Tenerelli Neto a permanecer no recinto e participar das discussões, se assim o desejasse, mas sem direito a manifestar e registrar seu voto, convite que foi prontamente aceito. Verificado que, a despeito da inabilitação do Sr. Mário Tenerelli Neto, havia quórum suficiente para início dos trabalhos, o Sr. Presidente informou aos presentes que, conforme era do conhecimento de todos, a reunião seguiria esta Ordem do Dia: a) Aprovação do Relatório da

Diretoria Executiva da Sociedade relativo ao exercício de 2.016; b) Aprovação do Relatório do Conselho Fiscal da Sociedade relativo ao segundo semestre do exercício de 2.016; c) Aprovação das Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício de 2.016; d) Aprovação dos Pareceres e Demonstrações Atuariais dos planos de benefícios administrados pela Sociedade relativas ao encerramento do exercício de 2.016; e) Aprovação do orçamento da Sociedade para o exercício de 2.017 e primeiro trimestre do exercício de 2.018; f) Avaliação do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas da administração da Sociedade estabelecidas para o exercício de 2.016; g) Aprovação das metas quantitativas e qualitativas da administração da Sociedade para o exercício de 2.017; h) Revisão do desempenho dos investimentos; i) Revisão da aderência dos investimentos aos normativos legais e Políticas de Investimentos da Sociedade durante o 4º trimestre do exercício de 2.016; j) Revisão da execução orçamentária da Sociedade no exercício de 2.016; k) Situação de ações e projetos; e l) Nomeação dos membros eleitos e indicados ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal da Sociedade, indicação e nomeação dos membros da Diretoria Executiva da Sociedade para o mandato de 01 de abril de 2.017 a 31 de março de 2.020. Pedi a palavra e sugeri que os Srs. Conselheiros iniciassem a apreciação da Ordem do Dia pelos itens "c" e "d", como cortesia para otimizar o uso do tempo dos representantes da PWC e da Mercer, convidados para assessorar os Srs. Conselheiros justamente na apreciação desses itens. O Sr. Presidente acatou a minha sugestão, que também foi aprovada por todos os presentes. O Sr. Presidente colocou então sob apreciação o item "c" da Ordem do Dia, passando a palavra para a Sra. Patrícia Alves Oliveira e para o Sr. Adriano Correia, representantes da PWC, que se manifestaram sobre os aspectos mais relevantes do resultado da auditoria procedida nas Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.016, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Muta-

ção do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas, enviadas aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua preparação prévia. Retomei a palavra e reiterei que as Demonstrações Contábeis acima referidas, além de terem sido apreciadas pela PWC, conforme parecer integrante daquelas Demonstrações, foram também devidamente aprovadas pelo Conselho Fiscal da Sociedade, em sua Reunião Ordinária de 20 de março de 2.017, devidamente documentada em ata específica. Passei à apresentação e análise dos balanços, das mutações dos patrimônios e dos ativos líquidos dos Planos Duprev BD, do Plano Duprev CD e da demonstração do Plano de Gestão Administrativa. Destaquei que o déficit técnico do exercício resultou primordialmente da aplicação, pelo atuário do Plano Duprev BD, de reajuste referente à variação do INPC-IBGE sobre os benefícios concedidos daquele plano, de forma a posicioná-los na data da avaliação. O Sr. Presidente solicitou, então, aos Srs. Alexandre Iotti e Mauro Machado, representantes da Mercer, que esclarecessem em detalhes as razões para a adoção desse procedimento. Respondidas as questões dos Srs. Conselheiros, o Sr. Presidente colocou em discussão o item “d” da Ordem do Dia, perguntando aos demais membros do Conselho Deliberativo se havia questões adicionais acerca dos Pareceres Atuariais e Planos de Custeio enviados previamente a todos para exame. Não havendo outras questões, os Srs. Conselheiros certificaram-se de que o Parecer Atuarial do Plano Duprev BD e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2.016 explicitassem a adoção do novo procedimento e seu impacto sobre as provisões matemáticas do Plano Duprev BD. Uma vez satisfeitos quanto à adequação da redação desses documentos, os Srs. Conselheiros decidiram aprovar, por unanimidade, sem ressalvas, o Balanço Patrimonial (consolidado), a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (conso-

lidada), a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, a Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios – DPT, as respectivas Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, que fazem parte integrante desta Ata. Os Srs. Conselheiros decidiram ainda aprovar, sem ressalvas, por unanimidade, os Pareceres Atuariais, Planos de Custeio e Demonstrações Atuariais dos Planos Duprev CD e Duprev BD, que igualmente fazem parte integrante desta Ata. Os Srs. Conselheiros autorizaram, ainda, por unanimidade, a utilização do Fundo Previdencial e do Fundo Administrativo para custeio das contribuições das Patrocinadoras. O Sr. Presidente agradeceu a assessoria dos representantes da PWC, que deixaram o recinto em seguida, e dos representantes da Mercer, cuja conexão telefônica à reunião foi logo a seguir desfeita. Retornando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a mim, que discorri sobre os principais aspectos da gestão previdencial, gestão dos investimentos e gestão administrativa da Sociedade empreendidas pela Diretoria Executiva ao longo do exercício de 2.016, conforme documentado no Relatório Anual da Diretoria Executiva relativo a esse exercício. Esclarecidas as questões dos presentes, os Srs. Conselheiros certificaram-se de que o Relatório Anual da Diretoria Executiva relativo ao exercício de 2.016 explicitava a adoção do novo procedimento de reajuste referente à variação do INPC-IBGE sobre os benefícios concedidos do Plano Duprev BD. Uma vez satisfeitos quanto à adequação da redação desse documento os Srs. Conselheiros decidiram aprovar, sem ressalvas, por unanimidade, o Relatório Anual da Diretoria Executiva relativo ao exercício de 2.016, o qual, devidamente formalizado pela Diretoria Executiva, é parte integrante desta ata. Em seguida, passando para o item “b” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra à Sra. Fabiana Moreira Barboza Prada que, em nome do Conselho Fiscal, relatou aos Srs. Conselheiros uma síntese da avaliação do Conselho Fiscal, efetuada nos termos da Resolução nº CGPC 13, de 01 de outubro de 2004, e normativos posteriores, tudo conforme documentado no Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal relativo ao 2º Semestre de 2.016, enviado com a devida antecedência para a preparação prévia dos Srs. Conselheiros. Respondidas as questões dos presentes, os Srs. Conselheiros decidiram aprovar, sem ressalvas, por unanimidade, o Relatório de Manifestação do Conselho

Fiscal relativo ao 2º Semestre de 2.016, o qual, devidamente formalizado pelo Conselho Fiscal, fica fazendo parte integrante desta Ata. O Sr. Presidente solicitou então que eu abordasse em sequência os itens “j” e “e” da Ordem do Dia. Ressaltei aos presentes que, conforme análise da Diretoria Executiva documentada na Nota 54/2016, enviada previamente para a apreciação dos Srs. Conselheiros, os desvios apurados em relação ao orçamento aprovado para o exercício de 2.016 nas adições, deduções, receitas, despesas e fluxos de investimentos dos planos administrados pela Sociedade foram devidamente justificados e não requerem a adoção de ações corretivas. Não havendo questões dos presentes, os Srs. Conselheiros aprovaram por unanimidade a referida Nota 54/2016 e solicitaram o seu arquivamento nas dependências da Sociedade para futuras consultas que se façam necessárias. Passei em seguida à proposta de orçamento da Diretoria Executiva para o exercício de 2.017, devidamente documentada na Nota 01/2017, enviada aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua apreciação prévia. Esclareci aos presentes que as adições e deduções orçadas para os Planos Duprev BD e Duprev CD estão em linha com aquelas constantes dos respectivos planos de custeio. Ressaltei que os fluxos dos investimentos foram orçados tomando por base as projeções constantes do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Por fim, chamei a atenção dos presentes para a variação orçada das despesas do Plano de Gestão Administrativa em relação às efetivamente incorridas no exercício de 2.016. Encerradas as minhas explanações e esclarecidas as questões dos presentes, os Srs. Conselheiros decidiram por unanimidade aprovar, sem ressalvas, a proposta de orçamento da Diretoria Executiva para o exercício de 2.017, documentada na Nota 01/2017, e solicitaram o seu arquivamento nas dependências da Sociedade, para futuras consultas que se façam necessárias. O Sr. Presidente solicitou-me assim que abordasse os temas relativos aos itens “f” e “g” da Ordem do Dia, expondo aos Srs. Conselheiros o resultado apurado das Metas Qualitativas e Quantitativas estabelecidas para a administração da Sociedade relativas ao exercício de 2.016 e a proposta de Metas Qualitativas e Quantitativas para a administração da Sociedade relativas ao exercício de 2.017. Ressaltei aos presentes que, quanto ao resultado verificado das metas estabelecidas para o exercício de 2.016, nada tinha eu a acrescentar em relação ao docu-

mentado no Relatório Anual da Diretoria Executiva e ao exposto por mim quando da discussão do item “a” da Ordem do Dia. Passando às metas propostas pela Diretoria Executiva para a administração da Sociedade no exercício de 2.017, devidamente documentadas na Nota 02/2017, encaminhada previamente aos Srs. Conselheiros para apreciação, destaquei a mudança sugerida na meta relativa à taxa de administração, incrementada de 0,60% ao ano em 2.016 para 0,70% ao ano no exercício de 2.017. Ressaltei, ainda, a manutenção dos critérios qualitativos propostos em relação àqueles aprovados para o exercício anterior. Os Srs. Conselheiros debateram a proposta e, finalizada sua discussão, aprovaram por unanimidade as metas qualitativas e quantitativas da administração da Sociedade para o exercício de 2.017, documentadas na referida Nota 02/2017, e solicitaram o arquivamento desta nota nas dependências da Sociedade para futuras consultas que se façam necessárias. O Sr. Presidente passou assim ao item “h” da Ordem do Dia e devolveu-me a palavra. Ressaltei que os investimentos dos Planos Duprev BD e CD apresentaram rentabilidade em linha com o esperado, dado o estilo de gestão passiva adotado pela Sociedade, conforme documentado na Nota 53/2016, enviada com a devida antecedência para a preparação prévia dos Srs. Conselheiros. Estes decidiram, então, por unanimidade, aprovar a referida Nota 53/2016 e solicitar seu arquivamento nas dependências da Sociedade, para futuras consultas que se façam necessárias. Passando ao item “i” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente devolveu-me a palavra. Ressaltei que durante o 4º trimestre de 2.016 não foram verificados quaisquer desvios dos investimentos da Sociedade em relação à legislação e políticas de investimento em vigor, conforme documentado na Nota 56/2016 enviada aos Srs. Conselheiros para apreciação prévia. Não havendo perguntas, os Srs. Conselheiros concluíram unanimemente que durante o 4º trimestre do exercício de 2.016 a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios esteve aderente às normas em vigor e às políticas de investimentos e solicitaram o arquivamento da referida Nota 56/2016 nas dependências da Sociedade, para futuras consultas que se façam necessárias. O Sr. Presidente deu então seguimento à reunião, colocando em discussão o item “h” da Ordem do Dia. Relembrei os presentes da solicitação do Conselho Deliberativo, em sua reunião realizada em 21 de junho de 2.016 e documentada em ata específica, de que

a Diretoria Executiva elaborasse um plano de contingência para o caso de agravamento do risco de crédito das NTN-B, nas quais a Sociedade investe a porção mais significativa de seu patrimônio, plano esse documentado na Nota 40/2016 e aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua reunião realizada em 14 de setembro de 2016, também documentada em ata específica. Expus aos presentes a situação dos indicadores de risco de crédito soberano selecionados para monitoramento, ressaltando que os mesmos se encontravam em patamares significativamente inferiores aos limites estabelecidos no plano de contingência e que, portanto, entendia ser desnecessária a adoção de quaisquer medidas no momento, tudo conforme documentado na Nota 03/2017, enviada aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua preparação prévia. Esclarecidas as questões dos presentes, os Srs. Conselheiros concluíram serem desnecessárias quaisquer medidas para o momento, aprovaram por unanimidade a referida Nota 03/2017 e solicitaram o seu arquivamento nas dependências da Sociedade para futuras consultas que se façam necessárias. Compartilhei com os presentes, a seguir, o andamento, registrado na Nota 05/2017, enviada aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua preparação prévia, das providências tomadas pela Diretoria Executiva para atendimento às recomendações e determinações constantes do Ofício nº 047/2016/ERSP/PREVIC. Repassei com os presentes o estado do atendimento a essas recomendações e determinações. Não havendo questões dos presentes, os Srs. Conselheiros decidiram aprovar por unanimidade a referida Nota 05/2016 e solicitaram o seu arquivamento nas dependências da Sociedade para futuras consultas que se façam necessárias. Passando ao último item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente lembrou os presentes de que os mandatos de todos os dirigentes da Sociedade se encerrarão simultaneamente em 31 de março de 2017 e devolveu-me a palavra. Reiterei aos presentes que, conforme documentado na Nota 04/2017, encaminhada aos Srs. Conselheiros com a devida antecedência para a sua preparação prévia, a Sra. Claudia Pohlmann Gonzaga da Silva, brasileira, casada, administradora, RG nº 18.673.321-5 e CPF nº 151.685.508-60, atual Diretora Executiva da Sociedade, foi eleita pelos participantes e assistidos dos planos administrados pela Sociedade, em 24 de fevereiro de 2017, como seu membro representante no Conselho Deliberativo da Sociedade,

tendo sido também eleita como sua suplente, na mesma ocasião, a Sra. Karen Sarita Musafir, brasileira, solteira, RG nº 21.449.236-9 e CPF nº 157.665.038-30, ambas com domicílio profissional Alameda Itapecuru, 506, bairro Alphaville Industrial, município de Barueri, estado de São Paulo. Verificadas as qualificações das Sras. Claudia Pohlmann Gonzaga da Silva e Karen Sarita Musafir, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, sua nomeação aos cargos de membro do Conselho Deliberativo da Sociedade e de membro suplente do Conselho Deliberativo da Sociedade, respectivamente. Os membros titular e suplente do Conselho Deliberativo ora nomeados terão seus mandatos iniciados em 01 de abril de 2017 e findados em 31 de março de 2020. Reiterei adicionalmente que, também conforme documentado na referida Nota 04/2017, o Sr. Elenilton Rudiger Johann, brasileiro, casado, contador, RG nº 1063966897 e CPF nº 909.108.180-53, com domicílio profissional na Rodovia BR 471, S/N, bairro Distrito Industrial, município de Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande do Sul, foi eleito pelos participantes e assistidos dos planos administrados pela Sociedade, em 24 de fevereiro de 2017, como seu membro representante no Conselho Fiscal da Sociedade, tendo sido também eleita como sua suplente, na mesma ocasião, a Sra. Katyere Peres, brasileira, solteira, advogada, RG nº 20.040.000-9 e CPF nº 302.104.608-90, com domicílio profissional na Alameda Itapecuru, 506, bairro Alphaville Industrial, município de Barueri, estado de São Paulo. Verificadas as qualificações do Sr. Elenilton Rudiger Johann e da Sra. Katyere Peres, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, sua nomeação aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Sociedade e de membro suplente do Conselho Fiscal da Sociedade, respectivamente. Os membros titular e suplente do Conselho Fiscal ora nomeados terão seus mandatos iniciados em 01 de abril de 2017 e findados em 31 de março de 2020. Na sequência, o Sr. Presidente lembrou os presentes de que, conforme consta da mesma Nota 04/2017 acima mencionada, os representantes legais das patrocinadoras da Sociedade, em reunião realizada aos 02 de março de 2017 e documentada em ata específica, aprovaram a indicação para recondução como ocupantes do cargo de membro do Conselho Deliberativo da Sociedade dos Srs. Roberto Hun, brasileiro, casado, administrador, RG nº 13.048.636 e CPF nº 125.711.298-80, e Mario Tenerelli Neto, brasileiro, casado, administrador, RG nº

8.326.455/SSP-SP e CPF nº 041.819.538-23, ambos com domicílio profissional na Alameda Itapecuru, 506, bairro Alphaville Industrial, município de Barueri, estado de São Paulo. Verificadas as qualificações dos Srs. Roberto Hun e Mário Tenerelli Neto, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, sua nomeação ao cargo de membro do Conselho Deliberativo da Sociedade. Os membros do Conselho Deliberativo ora nomeados terão seus mandatos iniciados em 01 de abril de 2.017 e findados em 31 de março de 2.020. Em seguida, o Sr. Presidente relembrou os presentes de que, conforme consta ainda da Nota 04/2017 anteriormente mencionada, os representantes legais das patrocinadoras da Sociedade, na mesma reunião realizada em 02 de março de 2.017 e documentada em ata específica, aprovaram a indicação para recondução como ocupantes do cargo de membro do Conselho Fiscal da Sociedade das Sras. Fabiana Moreira Barboza Prada, brasileira, casada, administradora de empresas, RG nº 26.426.712-6, CPF nº 254.612.108-13, e Marisa Bittencourt de Marques, brasileira, casada, contadora, RG nº 30.314.202-9 SSP/SP e CPF nº 223.566.168-88, ambas com domicílio profissional na Alameda Itapecuru, 506, bairro Alphaville, município de Barueri, estado de São Paulo. Verificadas as qualificações dos Sras. Fabiana Moreira Barboza Prada e Marisa Bittencourt de Marques, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, sua nomeação ao cargo de membro do Conselho Fiscal da Sociedade. Os membros do Conselho Fiscal ora nomeados terão seus mandatos iniciados em 01 de abril de 2.017 e findados em 31 de março de 2.020. O Sr. Presidente a seguir informou os presentes de que, na já referida reunião das Patrocinadoras da Sociedade realizada em 02 de março de 2.017, a Patrocinadora Principal, utilizando de suas prerrogativas nos termos do Art. 4º, I, “a”, do Art. 11, “a” e do Art. 16, “a” do Estatuto da Sociedade indicou o Sr. Roberto Hun, acima qualificado, como Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade e a Sra. Fabiana Moreira Barboza Prada, acima qualificada, como Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade. Na sequência, o Sr. Presidente convocou os Srs. Conselheiros a promover a indicação dos novos membros da Diretoria Executiva da Sociedade. Estes indicaram para recondução ao cargo de membro da Diretoria Executiva os Srs. Renivaldo Souza de Oliveira, brasileiro, casado, contador, RG nº 05.707.635-92, CPF nº 543.478.825-72, e Alexandre Garcia de Carvalho, brasileiro, casado, adminis-

trador, RG nº M4.187.267 e CPF nº 844.215.846-49, ambos com domicílio profissional na Alameda Itapecuru, 506, Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo. Os Srs. Conselheiros indicaram ao cargo de membro da Diretoria Executiva, ainda, a Sra. Ana Cristina Teixeira de Castro Piovan, brasileira, casada, engenheira de produção, RG nº 16.152.798-X, CPF 073.764.268-84, com domicílio profissional na Alameda Itapecuru, 506, Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo. Verificadas as qualificações dos indicados ao cargo de membro da Diretoria Executiva da Sociedade, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, sua nomeação. Os Diretores Executivos ora nomeados terão seu mandato iniciando em 01 de abril de 2.017 e findado em 31 de março de 2.020. Os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Sociedade ora nomeados tomarão posse em seus cargos mediante a formalização de Termos de Posse apartados, que ficarão anexados a esta Ata, ficando neles consignado expressamente que não sofreram condenação criminal transitada em julgado, nem qualquer penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidores públicos. A seguir, o Sr. Presidente convocou os Srs. Conselheiros a designar, dentre os novos membros da Diretoria Executiva da Sociedade, o novo Diretor Superintendente da Sociedade, nos termos do Art. 19 do seu Estatuto. Os Srs. Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a designação como Diretor Superintendente da Sociedade do Sr. Alexandre Garcia de Carvalho, Diretor Executivo da Sociedade ora nomeado, ressaltando que o mesmo acumulará, simultaneamente, as designações de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (“AETQ”) e pessoa física responsável perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Sociedade no Ministério da Fazenda. Em seguida, o Sr. Presidente convocou os Srs. Conselheiros a designar, dentre os novos membros da Diretoria Executiva da Sociedade, o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (“ARPB”). Os Srs. Conselheiros aprovaram por unanimidade a designação, como Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (“ARPB”), da Sra. Ana Cristina Teixeira de Castro Piovan, Diretora Executiva da Sociedade ora nomeada. Após as nomeações e designações ora aprovadas, ficam assim compostos o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da Sociedade: **Conselho Deliberativo:** Srs. **Roberto Hun**, brasileiro, ca-

sado, administrador, RG nº 13.048.636 e CPF nº 125.711.298-80, designado Presidente do Conselho Deliberativo, **Mario Tenerelli Neto**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 8.326.455/SSP-SP e CPF nº 041.819.538-23, e **Claudia Pohlmann Gonzaga da Silva**, brasileira, casada, administradora, RG nº 18.673.321-5 e CPF nº 151.685.508-60, que tem como suplente a Sra. **Karen Sarita Musafir**, brasileira, solteira, RG nº 21.449.236-9 e CPF nº 157.665.038-30; **Conselho Fiscal**: Sras. **Fabiana Moreira Barboza Prada**, brasileira, casada, administradora de empresas, RG nº 26.426.712-6, CPF nº 254.612.108-13, designada Presidente do Conselho Fiscal, **Marisa Bitencourt de Marques**, brasileira, casada, contadora, RG nº 30.314.202-9 SSP/SP e CPF nº 223.566.168-88, e o Sr. **Elenilton Rudiger Johann**, brasileiro, casado, contador, RG nº 1063966897 e CPF nº 909.108.180-53, que tem como suplente a Sra. **Katyere Peres**, brasileira, solteira, advogada, RG nº 20.040.000-9 e CPF nº 302.104.608-90; **Diretoria-Executiva**: Srs. **Alexandre Garcia de Carvalho**, brasileiro, casado, administrador, RG nº M4.187.267 e CPF nº 844.215.846-49, designado Diretor Superintendente e Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado ("AETQ"), **Renivaldo Souza de Oliveira**, brasileiro, casado, contador, RG nº 05.707.635-92, CPF nº 543.478.825-72, e Sra. **Ana Cristina Teixeira de Castro Piovan**, brasileira, casada, engenheira de produção, RG nº 16.152.798-X, CPF 073.764.268-84, designada Administradora Responsável pelos Planos de Benefícios ("ARPB"). Os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Sociedade terão seus mandatos findados em 31 de março de 2.020, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores. Finalizada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente questionou os presentes sobre se queriam fazer uso da palavra. O Sr. Conselheiro Allan David Seymour Burt pediu a palavra e compartilhou com os presentes a percepção que teve, acompanhando por mídia social os comentários dos assistidos durante o último período de eleição dos representantes de participantes e assistidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Sociedade, de que a comunicação com esses assistidos pode ser aprimorada. Os Srs. Conselheiros debateram o tema e decidiram, por unanimidade, solicitar que a Diretoria Executiva inclua, como parte do Programa Rumos de Educação Previdenciária e Financeira, uma ou mais ações destinadas especificamente aos assistidos dos Planos Duprev

BD e CD, com o objetivo de aprimorar o seu entendimento quanto à governança da Sociedade, regras dos planos, relatório anual e outros temas do seu interesse. O Sr. Presidente tomou novamente a palavra e, ressaltando que esta teria sido provavelmente a última participação do Sr. Conselheiro Allan David Seymour Burt antes do vencimento do seu mandato, agradeceu-lhe pelos nove anos de bons serviços ao Conselho Deliberativo da Sociedade, prestados durante três mandatos consecutivos. Na ausência de outras manifestações e nada mais havendo a ser tratado, determinou o Sr. Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros Deliberativos e pelo Secretário da Mesa.

Barueri, 22 de março de 2.017.

**Roberto Hun**

Conselheiro Deliberativo e Presidente da Mesa

**Alexandre Garcia de Carvalho**

Diretor Superintendente e Secretário da Mesa

**Allan David Seymour Burt**

Conselheiro Deliberativo



FALE CONOSCO

Alameda Itapecuru, 506 | Alphaville, Barueri/SP

CEP 06454-080 | Tel.: 11 4166-8128

e-mail: [duprev@dupont.com](mailto:duprev@dupont.com) | [www.duprev.com.br](http://www.duprev.com.br)

Consultoria de Comunicação e Editorial:

Arte da Criação (11) 3567-2011 | [www.artedacriacao.com](http://www.artedacriacao.com)